

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA**

**LUBIANCA MONTAGNER WEBER**

**ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE EM EXPOSIÇÕES:  
O uso do audioguia/*Pentop* no Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo**

Porto Alegre

2018

**LUBIANCA MONTAGNER WEBER**

**ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE EM EXPOSIÇÕES:**

**O uso do audioguia/*Pentop* no Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Museologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Barrozo Teixeira Aquino.

Porto Alegre

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor Rui Vicente Oppermann  
Vice-Reitora Jane Fraga Tutikian

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora Karla Maria Müller  
Vice-Diretora Ilza Maria Tourinho Girardi

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe Jeniffer Alves Cuty  
Chefe Substituta Eliane Lourdes da Silva Moro

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE MUSEOLOGIA**

Coordenadora Vanessa Barrozo Teixeira Aquino  
Coordenadora Substituta Ana Celina Figueira da Silva

CIP - Catalogação na Publicação

Weber, Lubianca Montagner  
ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE EM EXPOSIÇÕES: O uso  
do audioguia/Pentop no Museu de Porto Alegre Joaquim  
José Felizardo / Lubianca Montagner Weber. -- 2018.  
87 f.  
Orientadora: Vanessa Barrozo Teixeira Aquino.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Museologia,  
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. 2.  
Exposições. 3. Acessibilidade. 4. Pessoas com  
deficiência visual. 5. audioguia/Pentop. I. Aquino,  
Vanessa Barrozo Teixeira, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Departamento de Ciências da Informação  
Rua Ramiro Barcelos, 2705  
Bairro Santana  
Porto Alegre - RS  
Telefone (51) 33085067  
E-mail: fabico@ufrgs.br

**LUBIANCA MONTAGNER WEBER**

**ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE EM EXPOSIÇÕES:**

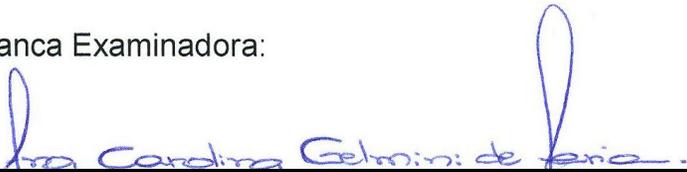
**O uso do audioguia/*Pentop* no Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Museologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Barrozo Teixeira Aquino.

Aprovado em 12 de dezembro de 2018.

Banca Examinadora:



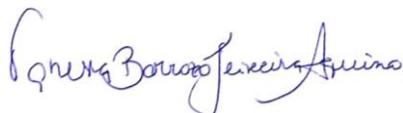
---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Carolina Gelmini de Faria - UFRGS



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zita Rosane Possamai – UFRGS



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanessa Barrozo Teixeira Aquino (Orientadora) - UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda equipe do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo pela acolhida, ajuda e compreensão para o desenvolvimento deste trabalho, em específico para Márcia Beatriz dos Santos, a qual pacientemente me auxiliou e guiou ao longo desses meses nos processos de pesquisa, entrevistas e observações no Museu. Agradeço também ao Prof. Dr. Eduardo Cardoso pela colaboração nesta pesquisa, bem como sua tese, que foi uma das inspirações para a realização deste trabalho.

Agradeço a minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Barrozo Teixeira Aquino, que com toda paciência do mundo e compreensão me ajudou nesse longo processo, o qual por diversas vezes eu achei que não conseguiria, mas que com seus conselhos sempre me acalmava e ajudava a ver o melhor caminho. Muito obrigada Prof., com certeza não poderia ter escolhido melhor professora, profissional e pessoa para me apoiar e amparar. Foste essencial e és sensacional!

Agradeço também a Fabiana Flores Guedes, minha eterna 'chefa', a qual acreditou em mim e me proporcionou as primeiras experiências com acessibilidade no Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UFRGS (INCLUIR). Sempre com bondade, compaixão e carinho excepcionais, não apenas de chefe, mas de mãe que acolhe e ajuda seus filhos até estarem prontos para dar seus primeiros passos. Sem ela eu não teria descoberto essa paixão, pela inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, e que poderia aliá-la com minha outra paixão, museus.

Sou grata também a todos os professores, colegas e amigos que se fizeram presentes no decorrer desses anos, e contribuíram para meu crescimento e amadurecimento ao longo desta caminhada, bem como a todos os espaços museológicos que me acolheram.

E por último os mais importantes de todo universo, meu irmão que amo sem limites, e meus pais, aos quais tenho uma gratidão infinita por ser sua filha. Minha mãe por ser sempre um exemplo de mulher guerreira, batalhadora e independente, que apesar de todas as barreiras e dificuldades, me mostrou como podemos ir longe quando lutamos pelo que queremos, que os tropeços irão ocorrer, mas que são necessários para aprendermos a crescer. E meu pai, hoje meu anjo da guarda e estrela

mais brilhante do meu céu, que me ensinou a me fazer forte, longe de casa e de todos, logo no meu primeiro ano de faculdade com sua partida deste plano terreno, inesperada. Mas me deixou toda compreensão de amor incondicional e compaixão ao próximo, além de uma saudade diária. Para sempre 'querida Lubianca do Papai'...

E enfim, apenas GRATIDÃO...

## RESUMO

Este trabalho se propôs a analisar o audioguia/*Pentop*, uma tecnologia assistiva utilizada pelo Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (MJJF) como uma estratégia comunicacional que possibilita a inclusão de pessoas com deficiência (PcD). Nessa perspectiva, analisei o objeto de estudo na exposição de longa duração *O Solar que virou Museu: memórias e histórias*, refletindo sobre sua importância na inclusão social e sua potencialidade como recurso de acessibilidade. O objetivo central da pesquisa foi problematizar a promoção da autonomia para o público com deficiência visual na visita à exposição, trazendo aspectos de seu processo de concepção e utilização. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se como metodologia a análise documental, a fim de conhecer e questionar o objeto de estudo, bem como a audiodescrição nele contida sobre a exposição; observações e visitas *in loco*; além de entrevistas semiestruturadas com visitantes com deficiência visual ao MJJF e profissionais que participaram do processo de desenvolvimento do audioguia. Os principais conceitos que baseiam essa investigação foram de *inclusão* de Viviane Panelli Sarraf (2012); *acessibilidade* de Sarraf (2008) e Amanda Pinto da Fonseca Tojal (2015); *autonomia* de Tojal (2007); *exposição como um meio de comunicação* de Marília Xavier Cury (2005), Angela Blanco (2009) e Tojal (2015); e, *comunicação museológica* de Cury (2005a), os quais contribuíram para o embasamento teórico, juntamente com as referências na legislação brasileira sobre a temática. Os dados obtidos a partir das entrevistas e observações foram entrecruzados com produções de autores/as que possibilitaram a compreensão da acessibilidade nos espaços museológicos, bem como a utilização de tecnologias assistivas como estratégias comunicacionais em exposições que permitem a inclusão de PcD. O trabalho buscou responder aos questionamentos sobre autonomia referentes ao audioguia/*Pentop* na visita de pessoas com deficiência visual no MJJF, de modo que se compreendeu a necessidade de reformulações da configuração atual do audioguia/*Pentop*, pois ele demonstra lacunas para ampla promoção da autonomia ao público com deficiência visual, sendo necessário refletir sobre novas estratégias comunicacionais que auxiliem na acessibilidade para promoção e inclusão desse público.

**Palavras-chave:** Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. Exposições. Acessibilidade. Pessoas com deficiência visual. Audioguia/*Pentop*.

## ABSTRACT

This paper proposed to analyze the audioguide/*Pentop*, an assistive technology used by the Porto Alegre Museum Joaquim José Felizardo (MJJF) as a communication strategy that allows the inclusion of people with disabilities (PwD). In this perspective, I analyzed the object of study in the long-term exhibition *The Solar Museum: memories and stories*, reflecting on its importance in social inclusion and, its potential as an accessibility resource. The main objective of the research was to problematize the promotion of autonomy for the visually impaired public in the visitation to the exhibition, bringing aspects of its creation and use process. For the development of the research, the documentary analysis was used as methodology, in order to know and question the object of study, as well as the audiodescription contained therein on the exposition; observations and visits *in loco*; as well as semi-structured interviews with visually impaired visitors to the MJJF and professionals who participated in the audioguide development process. The main concepts underlying this research were the *inclusion* of Viviane Panelli Sarraf (2012); *accessibility* of Sarraf (2008) and Amanda Pinto da Fonseca Tojal (2015); *autonomy* of Tojal (2007); *exhibition as a means of communication* by Marília Xavier Cury (2005), Angela Blanco (2009) and Tojal (2015); and *museological communication* Cury (2005a), which contributed to the theoretical basis, along with the references in the Brazilian legislation on the subject. The data obtained from the interviews and observations were interspersed with author's productions that enabled the comprehension of accessibility in museum spaces, as well as the use of assistive technologies as communication strategies in expositions that allow the inclusion of PwD. The work sought to answer questions about autonomy regarding the audioguide/*Pentop* in the visitation of people with visual impairment in the MJJF, so that it was understood the need to reformulate the current configuration of the audioguide/*Pentop*, since it shows gaps for a wide promotion of autonomy public with visual impairment, and it is necessary to reflect on new communication strategies that help in the accessibility for the promotion and inclusion of this public.

**Keywords:** Museum of Porto Alegre Joaquim José Felizardo. Exhibitions. Accessibility. People with visual impairment. Audioguide/*Pentop*.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem da fachada frontal do MJJF e à direita a árvore centenária Magnólia.....	34
Figura 2 - Imagem aérea do MJJF, em vermelho delimitação do espaço.....	38
Figura 3 - Planta baixa do porão ou andar térreo.....	39
Figura 4 - Planta baixa do segundo andar .....	40
Figura 5 - Imagem da maquete tátil do Solar, vista de cima.....	43
Figura 6 – Imagem da visita “Viva o Centro a pé” .....	44
Figura 7 - Imagem da <i>Pentop</i> .....	48
Figura 8 - Quadro com perfil dos entrevistados.....	51
Figura 9 - Imagem panorâmica da sala expositiva 1 .....	52
Figura 10 - Imagem da Sala Expositiva O Solar que Virou Museu: memórias e histórias, com esquema das etiquetas codificadas para <i>Pentop</i> .....	54
Figura 11 - Imagem de visitante segurando o audioguia/ <i>Pentop</i> , e na altura de sua cintura pode-se observar a etiqueta codificada.....	55
Figura 12 - Imagem de visitante encostando a <i>pentop</i> em etiqueta codificada.....	56
Figura 13 - Imagem das participantes tocando a maquete e ouvindo o audioguia/ <i>Pentop</i> .....	57
Figura 14 - Imagem das participantes tocando os objetos do acervo e réplicas.....	59
Figura 15 - Imagem de vitrine com objetos .....	61
Figura 16 - Imagem de peças em vitrine .....	61
Figura 17 - Imagem de peças em vitrine .....	61
Figura 18 - Imagem de visitante tocando réplica de objeto .....	62

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD - Associação de Assistência à Criança Deficiente  
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
AHMV - Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho  
APAE - Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais  
CAT - Comitê de Ajudas Técnicas  
CECRS - Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul  
CMC - Coordenação da Memória Cultural  
DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre  
FUMPAHC - Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural  
FUMPROARTE - Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural da Secretaria de Cultura  
FUNCULTURA - Fundo Pró-Cultura do Município  
IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus  
INCLUIR - Núcleo de Inclusão e Acessibilidade UFRGS  
INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos  
IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado  
IPM - Instituto Português de Museus  
Libras - Língua Brasileira de Sinais  
NBR - Normas Brasileiras  
OMS - Organização Mundial da Saúde  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre  
SASSE - Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários  
SDH - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República  
SEACIS - Secretaria de Acessibilidade e Inclusão Social de Porto Alegre  
SMAM - Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
SMC - Secretaria Municipal de Cultura  
SMOV - Secretaria Municipal de Obras e Viação  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Acessibilizando museus.....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 Exposições como meio de comunicação e seus diferentes públicos.....</b>	<b>28</b>
<b>3 MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM JOSÉ FELIZARDO .....</b>	<b>33</b>
<b>4 ANÁLISE DO AUDIOGUIA/PENTOP E SUA ESTRATÉGIA DE ACESSIBILIDADE NA EXPOSIÇÃO .....</b>	<b>46</b>
<b>4.1 Análise do audioguia/Pentop na exposição O Solar que virou museu: memórias e histórias .....</b>	<b>49</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM MÁRCIA BEATRIZ DOS SANTOS COORDENADORA DO SETOR DE ACESSIBILIDADE DO MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM JOSÉ FELIZARDO .....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICE B - ENTREVISTA COM O PROF. DR. EDUARDO CARDOSO .....</b>	<b>79</b>
<b>APÊNDICE C - FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA COM VISITANTES.....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE D - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM .....</b>	<b>83</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Minha paixão por acessibilidade surgiu logo em meu primeiro ano como aluna no Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ao ser selecionada para ser bolsista do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade UFRGS (INCLUIR<sup>1</sup>) em 2013. Ao longo da graduação, fiz diversas formações sobre políticas para pessoas com deficiência, inclusão, acessibilidade nos âmbitos educacional e cultural, dentre outros que me capacitassem para as funções da bolsa. Desde então, participei também como fiscal do vestibular da UFRGS junto ao atendimento das pessoas com deficiência (PcD<sup>2</sup>) e nos demais estágios que realizei, apesar de terem ocorrido em diversas instituições, a questão da acessibilidade sempre prevaleceu e pude trabalhá-la nas mais variadas formas. Nessa perspectiva, meu trabalho de conclusão de curso não poderia ter outro tema senão a acessibilidade em museus, e poder aliá-la à Museologia, uma área de conhecimento interdisciplinar, possibilita que minha pesquisa seja sobre um assunto que sempre me despertou interesse.

No primeiro semestre de 2016 realizei meu primeiro estágio curricular no Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (MJJF), minha escolha se deu pela Instituição possuir uma atenção especial às questões inclusivas, contando com diversos recursos assistivos e um setor específico, o Setor de Acessibilidade, sob a coordenação da Técnica em Assuntos Culturais Márcia Beatriz dos Santos<sup>3</sup>. Márcia Santos atuou como

---

<sup>1</sup> O INCLUIR atua desde 2006 com atendimento especializado à comunidade acadêmica na Universidade. Mais informações no site: <<https://www.ufrgs.br/incluir/>>. Acesso em: 11 de out. de 2017.

<sup>2</sup> A sigla PcD foi adotada mundialmente a partir da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas, em 2006. No Brasil é utilizada desde 2010 pela Portaria 2.344/2010 da Secretaria dos Direitos Humanos. Antes usava-se o termo “pessoa portadora de deficiência”, o que foi alterado porque a deficiência não se porta, não é um objeto, a pessoa tem uma deficiência, faz parte dela. A escrita correta é PcD, o “c” é sempre minúsculo e não há necessidade de se colocar “s” quando plural. Este termo é o mesmo que está sendo usado atualmente em âmbito mundial. Em espanhol: PcD – persona con discapacidad, em inglês: PwD – person with a disability, persons with disabilities, people with disabilities. Disponível em: <<http://dialogoscirculares.blogspot.com.br/2016/01/por-que-e-quando-foi-mudada-sigla-pne.html>>. Acesso em: 23 de jan. de 2018.

<sup>3</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1994) e Especialização em Abordagem Centrada na Pessoa pela Universidade La Salle (2000) e Patrimônio cultural e Identidade pela Universidade Luterana do Brasil (2012). Tem experiência na área de Museologia, organização de eventos e acessibilidade em ambientes culturais, assim como consultoria em audiodescrição para museus, exposições, cinema e teatro. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1222895184177078>>. Acesso em: 27 de out. de 2017.

minha supervisora e me ensinou a ter maior compreensão às questões sobre a acessibilidade nos museus, principalmente as relacionadas com deficiência visual.

O Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo foi criado em 1979 com a missão de promover a interação da sociedade com o patrimônio cultural da cidade, através de seu importante acervo tridimensional, arqueológico e fotográfico. O Solar Lopo Gonçalves, nome como é conhecida a casa sede do Museu, é uma construção datada de meados do século XIX e pertencente à família de Lopo Gonçalves. Através de suas exposições vem propiciando conhecimento ao público sobre a história do Solar, o processo de preservação e estabelecimento do MJJF, além de contexto histórico sobre a cidade de Porto Alegre e sociedade.

Conforme supracitado, o referido Museu possui diversos recursos assistivos que possibilitam a inclusão de PcD, dentre eles, escolhi o audioguia/*Pentop* como objeto de estudo. Como problema de pesquisa, se o objeto de estudo está possibilitando a autonomia de pessoas com deficiência visual a exposição *O Solar que virou Museu: memórias e histórias*. Como objetivo geral analisar o objeto de estudo na referida exposição, refletindo sobre sua importância na inclusão social e, sua potencialidade como recurso de acessibilidade, problematizando a promoção da autonomia para o público com deficiência visual na visita à exposição trazendo aspectos de seu processo de concepção e utilização. Como objetivos gerais identificar as definições e referências sobre acessibilidade, inclusão e autonomia com referência na legislação vigentes sobre museus; histórico de formação do MJJF e características sobre acessibilidade presentes no Museu e em suas atividades, para melhor compreensão do espaço no qual o objeto de estudo foi desenvolvido e analisar o audioguia/*Pentop* na exposição *O Solar que virou museu: memórias e histórias*, a partir de entrevistas e observações realizadas durante o período de pesquisa.

Para viabilidade da pesquisa utilizei conceitos norteadores que perpassam por todo trabalho, a partir da legislação brasileira e de autores, como *inclusão* de Viviane Panelli Sarraf (2012); *acessibilidade*, também de Sarraf (2008) e Amanda Pinto da Fonseca Tojal (2015); *autonomia* de Tojal (2007); *exposição como um meio de comunicação* de Marília Xavier Cury (2005b), Angela Blanco (2009) e Tojal (2015); e,

*comunicação museológica* de Cury (2005a), como fundamental para a compreensão da mensagem que é transmitida ao público através das exposições, portanto se fazendo presente em todos os processos comunicacionais do museu.

O processo metodológico se deu de forma descritiva e exploratória, onde a partir dos métodos e materiais, realizou-se a análise do objeto de pesquisa bem como a tentativa de responder ao problema traçado, se o audioguia/*Pentop* está possibilitando a autonomia de pessoas com deficiência visual à exposição. Foi consultada a legislação brasileira que se refere ao tema, publicações acadêmicas utilizadas como referências e documentos institucionais do MJJF. Também foi realizada a análise do uso do audioguia/*Pentop* do Museu, objeto de estudo da pesquisa, bem como a audiodescrição nele contida sobre a exposição de longa duração *O Solar que virou Museu: memórias e histórias*. Cabe destacar que a pesquisa também foi realizada de forma qualitativa através de vivências *in loco* na instituição, e de entrevistas semiestruturadas com a equipe do Museu (Apêndice A), com profissionais que participaram do processo de desenvolvimento do audioguia/*Pentop* (Apêndice B) e com visitantes com deficiência visual, que realizaram visitas à exposição de interesse neste trabalho utilizando a referida tecnologia assistiva (Apêndice C).

Nessa perspectiva, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: no capítulo 2 “Delimitações da Pesquisa” trago bases históricas e sociais sobre as PcD, analisando teorias e conceitos importantes para compreensão de sua luta por direitos, igualdade e inclusão. Na segunda parte deste capítulo, “Acessibilizando museus”, relaciono conceitos e recursos necessários para a inclusão de PcD ao âmbito dos espaços museológicos. E na terceira e última parte deste capítulo, “Exposições como meio de comunicação e seus diferentes públicos”, menciono novamente conceitos imprescindíveis para compreensão deste trabalho, ligados à Museologia.

No capítulo 3, “Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo” trago breve histórico de formação da instituição e características sobre acessibilidade presentes no Museu e em suas atividades, para melhor compreensão do espaço no qual o objeto de estudo foi desenvolvido.

No capítulo 4, “Análise do audioguia/*Pentop*” e sua estratégia de acessibilidade na exposição”, exponho o objeto de estudo, audioguia/*Pentop*, relacionando-o a

conceitos específicos da área. E por fim, “Análise do audioguia/*Pentop* na exposição O Solar que virou museu: memórias e histórias”, onde abordo a análise do objeto de estudo na exposição referente, a partir das entrevistas e observações realizadas durante o período de pesquisa e construção deste trabalho.

Nas Considerações Finais serão retomadas algumas questões específicas desenvolvidas ao longo do trabalho em específico voltadas à acessibilidade e inclusão de PcD com ênfase nas pessoas com deficiência visual, em um espaço museológico, através de táticas e estratégias comunicacionais, como a utilização de recursos assistivos, que possibilitam o acesso deste público. Por fim, cabe destacar a problematização da promoção da autonomia na visita à exposição acima referenciada do MJJF, a partir do uso da *pentop*, como um recurso acessível ao público com deficiência visual, ao mesmo tempo em que gera questionamentos sobre seu potencial enquanto estratégia de comunicação da exposição e do Museu.

## 2 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Ao longo da Idade Média a deficiência era considerada um déficit e as PcD dignas de pena por serem vítimas da própria incapacidade, sendo consideradas inúteis ou fardos sociais, privadas de seus direitos civis e tendo sua tutela imposta pela família ou instituições (LANNA JÚNIOR, 2010). Não havia espaço para que elas próprias participassem das decisões em assuntos que lhes diziam respeito, e termos como “inválidos”, “incapazes”, “aleijados”, “defeituosos”, dentre outros, eram amplamente utilizados. No final do século XIX com os avanços médicos, as PcD passaram a ser compreendidas por terem problemas orgânicos que precisavam ser “curados”, assim surgiram os mais variados tratamentos “terapêuticos”<sup>4</sup> para que suas condições melhorassem e pudessem se adaptar às exigências da sociedade. A exemplo disto, em julho de 1841 foi criado o primeiro hospital “[...] destinado privativamente para o tratamento de alienados” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 20), o Hospício Dom Pedro II, vinculado à Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro, em 1854 foi fundado o Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant) e em 1856 o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos<sup>5</sup>, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, tornando o Brasil pioneiro na América Latina ao atendimento às PcD (LANNA JÚNIOR, 2010).

Porém apesar do pioneirismo brasileiro, na primeira metade do século XX, são reduzidos os incentivos monetários por parte do Estado brasileiro ao atendimento às PcD, surgindo novas organizações por iniciativa da sociedade civil, como por exemplo as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) voltadas principalmente para crianças com deficiência intelectual com atendimento educacional, médico, apoio psicológico e apoio à família, e a Associação de Assistência à Criança Defeituosa, hoje

---

<sup>4</sup> Trago terapêuticos entre aspas pois, pessoas com deficiência eram confinadas a sanatórios, hospícios e manicômios, sofrendo aos mais variados e absurdos testes em busca da cura, a qual não existe por não se tratar de uma doença e assim, passando por condições desumanas. Para saber mais vide em ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. 1 ed. São Paulo. Geração Editorial, 2013. 253p.

<sup>5</sup> Não se usa mais a palavra mudo como complemento para identificação de surdos, pois o fato de não haver fala está relacionado ao não conhecimento de sons, surdez, e conseqüentemente a não reprodução dos mesmos.

Deficiente, (AACD), criada após um grande surto de poliomielite<sup>6</sup> no final da década de 1930 no Brasil. Essas entidades, diferentes das criadas pelo Estado, não atendiam apenas à pessoas cegas ou surdas, deficiências reconhecidas pelos órgãos públicos, prestavam também atendimento às famílias com apoio psicológico, por exemplo.

A partir de meados dos anos 1970, com a aproximação do término da ditadura militar brasileira e um processo de reabertura política, houve a redemocratização com ampla participação da sociedade civil, fortalecendo sindicatos e organizações sociais principalmente com demandas das minorias. Nesse processo as PcD tornaram-se agentes políticos ativos e o movimento ganhou visibilidade.

Em 1975, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração sobre os Direitos das Pessoas Deficientes<sup>7</sup>, assumindo a igualdade de direitos civis e políticos das PcD. E em 1981 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Termos como “pessoas com necessidades especiais”, “portadores de necessidades especiais” e “pessoas portadoras de deficiência” eram utilizados de forma recorrente, sendo a última expressão adotada na Constituição Federal de 1988, e, portanto, em todas as demais leis em âmbito nacional, além de imprensa, conselhos e associações. Porém, surgiram críticas do movimento perante esses eufemismos, o adjetivo especial, por exemplo, cria uma categoria que não se inclui na luta por igualdade de direitos, pois esses indivíduos não buscam ser especiais e sim apenas cidadãos. Outra questão, foi a condição de portador que não existe, pois a deficiência não se porta, não é um objeto, a pessoa tem uma deficiência, faz parte dela.

---

<sup>6</sup> Entre janeiro e julho de 1937 ocorreu uma grande epidemia de poliomielite no estado de São Paulo, apesar dos números alarmantes divulgados pela imprensa, autoridades da época negavam o surto. Em 1939 ocorreu no Rio de Janeiro, então capital da República, outra grande epidemia, sendo que desta vez o diretor do Serviço de Saúde do Distrito Federal reconheceu sua dimensão, pois percebeu-se que os números estavam 6,5 vezes maiores do que as notificações oficiais dos últimos dezoito anos. E que o número de óbitos significou mais de um terço de falecimentos pela mesma doença registrados nos últimos vinte anos. CAMPOS, André Luiz Vieira de; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MARANHÃO, Eduardo. A história da poliomielite no Brasil e seu controle por imunização. **História, ciências e Saúde. Manguinhos.** vol. 10. Rio de Janeiro 2003. Documento disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702003000500007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000500007)>. Acesso em: 13 de set. de 2018.

<sup>7</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração sobre os Direitos das Pessoas Deficientes.** Documento disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf)>. Acesso em: 27 de agosto de 2018.

Por fim, a expressão adotada contemporaneamente, “Pessoa com Deficiência” (PcD), demonstra que a deficiência faz parte do corpo e principalmente, humaniza a denominação, tentando diminuir o estigma causado pela deficiência, sendo utilizada mundialmente após a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas em 2006. No Brasil, apesar de importantes leis sobre acessibilidade serem regulamentadas em 2004, Leis Federais nº 10.048<sup>8</sup> e nº 10.098<sup>9</sup>, e a conhecida NBR 9050<sup>10</sup> (Normas Brasileiras estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – para acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), apenas em 2010 uma portaria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), Portaria nº 2.344<sup>11</sup>, altera para essa denominação.

Para Cuty (2014) a revisão conceitual sinaliza avanços nos modos de se enxergar o outro, a autora ainda cita Cambiaghi (2007) através de termos apontados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em inglês como *impairment* para deficiência, *disability* para incapacidade e *handicap* para desvantagem, “[...] sendo que esta última representa a expressão social de uma deficiência ou incapacidade diante da interação entre indivíduo e o ambiente (meio físico, sobretudo)” (Ibidem, p. 10). Essa mudança conceitual possibilitou construir, nos últimos anos, inversões nas leituras das limitações, considerando que o espaço também pode ser incapaz ou deficiente e não apenas as pessoas. A autora também afirma que muitas vezes, delimitar um público pode acarretar na exclusão dos demais públicos involuntariamente, por isso é necessário enxergar os desafios e diferenças na execução de projetos, como por

---

<sup>8</sup> BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000a**. Documento disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm)>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

<sup>9</sup> BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000b**. Documento disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

<sup>10</sup> ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Documento disponível em: <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf)>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

<sup>11</sup> BRASIL. **Portaria nº 2.344, de 3 de novembro de 2010**. Alterando e adotando o termo Pessoa com Deficiência. Disponível em: <[http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port\\_2344\\_pcd.pdf](http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port_2344_pcd.pdf)>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

exemplo de arquitetura e urbanismo, para se contemplar a todos e não apenas com medidas intermediárias que contemplem apenas uma parcela das pessoas.

Ainda, após a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas em 2006, a transformação do discurso propiciado pelo movimento também alterou o termo integração, utilizado anteriormente, o qual frisava que a pessoa excluída precisava se adequar aos parâmetros sociais gerais para ser aceita socialmente, ou seja, o indivíduo que necessitava se remodelar para fazer parte integrante do montante da sociedade, enquanto a sociedade cumpria seu papel de aceitá-lo, como um favor que prestava. O termo foi alterado para **inclusão**, que passou a ser considerado o mais adequado para defender a necessidade de incluir as PcD, a partir da necessidade de modificar os ambientes e os parâmetros sociais excludentes, pois estes são os que precisam se adaptar aos indivíduos e suas especificidades. Segundo Sasaki (2009) apud Santos (2014), “inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana” (ibidem, p. 11), fomentando políticas que promovam o incentivo a construção da cidadania das PcD.

Para Tojal (2007) a inclusão nos espaços culturais está ligada ao reconhecimento da diversidade cultural, que por meio de processos inclusivos permite a democratização do acesso aos bens culturais

Aos museus, bem como a todas as instituições culturais, cabe também estar em sintonia com o pensamento contemporâneo de *respeito e reconhecimento da diversidade cultural e social* trabalhando a favor não somente da *comunicação de seus objetos culturais*, sob um ponto de vista multicultural, como também contribuindo para a *democratização cultural* por meio dos *processos de inclusão social*. Dessa forma, a inclusão social aplicada à prática museológica deve conter foco interdisciplinar abrangendo todas as áreas de trabalho dessa instituição [...] (TOJAL, 2007, p. 81. Grifos da autora)

A inclusão se refere à possibilidade de participação de pessoas na sociedade em condições de igualdade e sem discriminação, segundo Sarraf (2012) a inclusão de PcD nos espaços culturais “[...] é garantir que todos aqueles que tenham desejo de se beneficiar deste equipamento não sejam excluídos por conta de diferentes formas de locomoção, cognição e percepção” (ibidem, p. 62). A partir disso, entende-se também a inclusão social de todas as minorias antes excluídas socialmente, principalmente no

âmbito cultural o qual se pressupunha ser apenas voltada para uma pequena parcela da população considerada a elite.

Essa nova perspectiva de inclusão, abrange idosos, povos de diferentes etnias, credos, raças, estrangeiros, pessoas com baixa renda, moradores de rua, enfim, todos aqueles antes impossibilitados de participarem das esferas públicas devido a suas ‘restrições’, impostas por parte da sociedade. Para essa necessidade de mudança, o termo “acessibilidade” tornou-se um conceito e passou a ser utilizado como palavra-chave do movimento.

## 2.1 Acessibilizando museus

Um dos conceitos norteadores que irá perpassar por todo trabalho é o de **acessibilidade**, para tanto trago inicialmente sua primeira definição na legislação federal brasileira, segundo a Lei nº 10.098, Art. 2º §1, no qual a define como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000b, doc. eletr.).

Essa definição será utilizada novamente, e na íntegra, pela Lei nº 13.146 de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência<sup>12</sup> (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e, portanto, garantindo, segundo a legislação, direitos a amplas condições de acesso a todos sem exceção. Segundo a Constituição de 1988<sup>13</sup>, todos os cidadãos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, promovendo o bem de

---

<sup>12</sup> BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Documento disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em 27 de agos. de 2018.

<sup>13</sup> BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Documento Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 07 de set. 2018.

todos sem preconceitos de origem. Sendo assim, todos os cidadãos brasileiros têm direitos iguais, e dar a eles possibilidades de acessos iguais é um dever da sociedade.

Segundo o Instituto Português de Museus (2004<sup>14</sup>) em uma de suas publicações sobre Museus e Acessibilidade destaca que:

Acessibilidade é aqui entendida num sentido lato. Começa nos aspectos físicos e arquitectónicos - acessibilidade do espaço - mas vai para muito além deles, uma vez que toca outros componentes determinantes, que concernem aspectos intelectuais e emocionais, acessibilidade da informação e do acervo. [...] Uma boa acessibilidade do espaço não é suficiente. É indispensável criar condições para compreender e usufruir os objectos expostos num ambiente favorável. [...] para além disso, acessibilidade diz respeito a cada um de nós, com todas as riquezas e limitações que a diversidade humana contém e que nos caracterizam, temporária ou permanentemente, em diferentes fases da vida. (INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, 2004, p. 17)

Assim, novamente uma definição enfatiza que a responsabilidade, também dos museus, deve ir além da acessibilidade de aspectos físicos com eliminação de barreiras arquitetônicas, deve ser de responsabilidade também dos espaços culturais os processos de inclusão sociocultural eliminando-se as barreiras atitudinais. Segundo Sarraf (2012, p.72) “As barreiras atitudinais podem ser entendidas como os preconceitos sociais em relação a um indivíduo ou um grupo, na maior parte dos casos por conta da intolerância às diferenças”, hoje as barreiras atitudinais ainda são grande parte do motivo do afastamento do público, principalmente tratando-se das PcD por sentirem muitas vezes o preconceito e a indiferença das pessoas perante suas deficiências. Por isso, a utilização de recursos acessíveis nas exposições auxilia no contato e na aproximação das instituições com o público com deficiência.

Para Tojal (2015) a acessibilidade advém da necessidade de democratização do acesso aos bens culturais, para que estes possam ser usufruídos por contingentes cada vez maiores da população, e que este acesso cumpra não apenas a função de permitir fruição, mas, principalmente, a de servir como importante ferramenta de luta contra as exclusões sociais, e no caso dos museus da compreensão de sua função

---

<sup>14</sup> INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (IPM). **Museus e Acessibilidade**. Coleção Temas de Museologia. Lisboa, 2004, p. 1-45. Disponível em: <[http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/acessibilidades/ipm\\_2004\\_museus\\_e\\_acessibilidade.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/acessibilidades/ipm_2004_museus_e_acessibilidade.pdf)>. Acesso em: 7 set. 2018.

social. Ainda para a autora, apesar do consenso de que a inclusão é um direito de todos, há um dissenso pelo fato de que muitos ainda julgam que são as pessoas com deficiência que devem se adaptar aos espaços públicos e não o contrário, o preconceito social, infelizmente apesar dos avanços, está ainda muito arraigado em nossa sociedade.

Em 2015, uma grande conquista para as PcD perante a legislação foi a Lei nº 13.146 ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), já referenciada acima, também quanto a definição do termo acessibilidade, mas que legitima a todas as PcD igualdade de oportunidades com as demais pessoas e que não poderão sofrer quaisquer tipos de discriminação.

Sarraf (2008) considera acessibilidade como

[...] uma forma de concepção de ambientes que considera o uso de todos os indivíduos independente de suas limitações físicas e sensoriais, desenvolvida a partir dos conceitos do movimento de Inclusão Social. Os benefícios da acessibilidade possibilitam a melhoria da qualidade de vida da população com e sem deficiência, proporcionando liberdade de escolhas e abertura de horizontes pessoais, profissionais e acadêmicos (SARRAF, 2008, p. 38).

Portanto, acessibilidade significa a ampla promoção a todos os indivíduos, independente de classe social, gênero, raça, com ou sem deficiência, ou seja, toda a diversidade de pessoas, ao direito de acesso. No caso específico de minha pesquisa, que trata sobre o Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (MJJF), um espaço cultural acessível significa permitir a liberdade de escolha do público com deficiência, a utilização de tecnologias assistivas, ou não, para experiência de sua visita a instituição, e fruição de todo espaço físico e exposição com independência.

Por conseguinte acessibilidade e inclusão entrecruzam-se garantindo igualdade para todos os indivíduos e viabilizando seu amplo acesso aos bens culturais, serviços públicos, comunicações, dentre outros, a partir disso trago três princípios os quais devem ser viabilizados para se ter inclusão:

Autonomia: é a condição de domínio no ambiente físico e social preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce;  
Independência: é a faculdade de decidir sem depender de outras pessoas, tais como membros da família ou profissionais especializados;  
Equiparação de oportunidades: é o processo no qual os diversos sistemas da sociedade e do ambiente, tais como serviços atividades, informações e

documentação, são tornados disponíveis para todos (PASTORE 2001, apud SILVA; ARISTIMUNHA; CARDOSO; FAGUNDES; LEITZKE, 2014, p. 58).

Assim, inclusão e acessibilidade apenas se concretizam dando autonomia e independência, no caso dos museus, a todos os públicos. **Autonomia** é apenas um dos direitos pelos quais lutam as PcD, é o seu livre arbítrio para tomada de decisões e de gerenciar sua própria vida, segundo seus princípios e moral, e sem que haja interferência ou influência de outros nas suas escolhas. Tojal (2007), menciona a autonomia nos espaços museológicos:

[...] o acesso, a independência, e a escolha são os pontos chaves mais valorizados. Isto quer dizer que, como qualquer outro visitante as pessoas com necessidades especiais querem fazer valer seu *direito à autonomia*, assim como procurar os serviços de atendimento especializado quando lhes convir (TOJAL, 2007, p. 177. Grifos da autora)

O público tem o direito de escolha, como qualquer outro visitante, de usufruir ou não de mediação, aportes tecnológicos ou, como cita a autora, de atendimento especializado, e caso sua escolha seja de visitar o espaço a sua forma sem utilizar nenhum recurso deve ser respeitada. Porém, a acessibilidade que a instituição possui que irá determinar seu amplo acesso e autonomia durante a visitação, tornando a PcD dependente, de certo modo, da disponibilidade de recursos acessíveis que o museu possui.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, garante que “Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam” (ONU, 1948<sup>15</sup>), nos museus isso se aplica ao seu direito de escolha, a sua ampla fruição dos espaços, exposições, ações, dentre outras atividades as quais as instituições se propõem. Segundo Nascimento (2005) apud Cardoso (2016) os museus devem promover a acessibilidade; o desenvolvimento da autonomia; o diálogo; a oferta de experiências multissensoriais e experiências significativas para todos.

---

<sup>15</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, artigo 27, item 1. Documento disponível em: <[https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em 09 de set. de 2018.

Para proporcionar uma vida independente ou ampliar as habilidades funcionais das PcD e, conseqüentemente, promover a inclusão, utiliza-se toda uma gama de recursos, serviços e estratégias que contribuem nesse processo, as chamadas tecnologias assistivas (TA). Esse conceito ainda é pouco conhecido no Brasil, sendo anteriormente utilizado como ajudas técnicas, como pode-se perceber na Portaria nº 142 de 2006, pelo Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), estabelecido pelo Decreto nº 5.296/2004<sup>16</sup> no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Em 2015, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, apesar de ainda constar o termo ajuda técnica, pode-se observar a normatização das tecnologias assistivas (TA) bem como a utilização deste termo.

[...] tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015, doc. eletr.)

Entretanto, a utilização de recursos de TA remonta desde os primórdios da história da humanidade, pois qualquer pedaço de pau utilizado como uma bengala improvisada para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, por exemplo, caracteriza o uso de um recurso de TA, conforme afirma Manzini, “[...] bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada, ou mesmo, veículo adaptado para uma pessoa com deficiência” (MANZINI, 2005, p. 82, apud GALVÃO FILHO, 2009, p. 1).

O audioguia/*Pentop*, objeto de estudo desta monografia<sup>17</sup>, é considerado uma TA bem como a audiodescrição (AD) nele contida. Segundo Franco e Silva (2010), a primeira experiência do que viria a ser audiodescrição, como atividade técnica e profissional, surgiu em 1975 após a dissertação de mestrado<sup>18</sup> do Prof. Gregory Frasier da Universidade de São Francisco, na Califórnia. Frasier percebeu enquanto assistia

<sup>16</sup> BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Documento disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

<sup>17</sup> Será analisado no capítulo 4 desta monografia.

<sup>18</sup> *The Autobiography of Miss Jane Pittman: An All-Audio Adaptation of the Teleplay for the Blind and Visually Handicapped, Film and Communication. 1975.*

um filme com um amigo cego, que era necessário auxiliá-lo para obter informações importantes para a compreensão da narrativa, inserindo rápidas descrições de elementos visuais.

A utilização do termo audiodescrição ainda é recente no Brasil, se analisarmos que apenas em 2015 no Estatuto da Pessoa com Deficiência ele é citado. Anteriormente, no Decreto 5.296 de 2004, é mencionado apenas a “descrição e narração em voz de cenas e imagens” (BRASIL, 2004). Para Franco e Silva (2010)

A audiodescrição consiste na transformação de imagens em palavras para que informações-chave transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão. O recurso, cujo objetivo é tornar os mais variados tipos de materiais audiovisuais (peças de teatro, filmes, programas de TV, espetáculos de dança, etc.) acessíveis a pessoas não-videntes, conta com pouco mais de trinta anos de existência (FRANCO; SILVA, 2010, p. 23).

Portanto a AD deve ser entendida não apenas como uma simples descrição, mas como um recurso acessível capaz de transformar aquilo que é visto em áudio, o que permite abrir um leque de possibilidades para o mundo das pessoas com deficiência visual (PcD visual). Com este recurso, as PcD visual podem conhecer cenários, figurinos, expressões faciais, linguagem corporal, entrada e saída de personagens de cena, bem como outros tipos de ações sucedidas em diferentes meios de comunicação, como cinema, televisão e teatro. É um recurso de acessibilidade que abre maiores possibilidades de acesso à cultura e a informação, permitindo que PcD visual possam assistir e compreender intervenções culturais, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas e demais ações, ouvindo o que poderia ser visto.

Para Sandra Regina Rosa Farias e Josélia Neves (2014) a AD não pode ser realizada de forma mecânica, apenas identificando as características vistas e informando-as à pessoa com deficiência visual, a AD deve ser transmitida de forma expressiva, criativa e poética. Pensando-se nos museus, a AD ainda envolve a tradução de signos, e a experiência que dela resulta advém do olhar de quem interpreta, sendo que a sua compreensão também depende da bagagem e da história de quem a recebe.

Vale destacar que o Museu Histórico Nacional, administrado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), entidade vinculada ao Ministério da Cultura, foi pioneiro

no Brasil quando em 2008 passou a oferecer guia multimídia com linguagem em Libras para PcD auditiva e uso da audiodescrição para PcD visual. O MJJF implantou o recurso de audioguia em 2012 para um de seus espaços expositivos, buscando dar autonomia para a visita do público com deficiência visual. Nesse sentido, farei a análise da utilização desse recurso como uma estratégia comunicacional.

Cabe destacar que em 2009 instituiu-se o Estatuto de Museus, Lei nº 11.904<sup>19</sup>, que prevê normas de preservação, conservação, restauração e segurança dos bens artísticos e culturais. As medidas visam dar condições para o desenvolvimento dos museus no país, sendo que Art. 2º enfatiza princípios fundamentais para que se atendam as demandas institucionais de forma adequada, sendo que todos os itens tratam o museu como um espaço de promoção de inclusão social, e que está a serviço da sociedade.

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional (BRASIL, 2009, doc. eletr.)

O Estatuto de Museus demonstra que o cerne do museu é a sociedade e não a instituição, porém para que ele cumpra sua função social é necessário que todos tenham acesso ao conteúdo exposto, como pode ser observado no Art. 19 que prevê, “Todo museu deverá dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias, bem como ao bem-estar de todos os usuários e funcionários” (BRASIL, 2009, doc. eletr.). Bem como no Art. 28 que aborda que os museus deverão promover estudos de públicos e avaliações, sejam das exposições, da instituição, do espaço físico, quanto dos funcionários e atendimento, a fim de que a qualidade dos mesmos seja sempre melhorada visando atender as necessidades de todos os públicos (Idem, 2009, doc. eletr.). Ainda, o Art. 35 diz que “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente”

---

<sup>19</sup> BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, Estatuto de Museus**. Documento disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm)>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

(Ibidem). Portanto, entende-se acessibilidade universal como a disponibilidade de acesso a todas as pessoas, sem distinções de gênero, classe social, idade, com deficiência ou não, mas sim beneficiando toda a sociedade.

Apesar da existência de legislação específica na área dos Museus sobre acessibilidade, ainda se percebe a luta pela inclusão social das PcD, para que os espaços culturais efetivem adequações, ou adaptações, permitindo que todos os tipos de públicos possam usufruir do acesso ao patrimônio cultural livremente, sem que nenhum tipo de configuração exclusiva e excludente seja limitadora de seu convívio social, nesse ou em qualquer outro ambiente.

Para Cardoso (2016) nesse processo de relação museal entre o visitante e o objeto, a diversidade do público desafia as instituições museológicas e seus profissionais a corresponderem às expectativas e as necessidades, principalmente se tratando das PcD. Visando ser um espaço acessível a todos, é fundamental o emprego de recursos para acessibilidade na comunicação, informação e fruição dos seus espaços e, peças neles contidos. Portanto, é vital a união de profissionais de instituições culturais, sejam eles museus, galerias, memoriais, e demais espaços que promovam cultura, para promoção da inclusão com qualidade por meio da integração de espaços, entornos e conteúdos acessíveis a todos os visitantes, sem segregar as PcD das demais.

Cabe salientar que muitos dos recursos acessíveis e soluções elaboradas para a acessibilidade acabam beneficiando também ao público em geral, uma vez que os sentidos podem ser potencializados ao se proporcionar diferentes oportunidades sensoriais. Fato que pode ser observado quando há objetos táteis nas exposições, por exemplo, uma vez que não apenas o público com deficiência visual o utiliza, apesar de ser o público alvo para quem os recursos são desenvolvidos, também o público vidente experiencia este recurso.

## 2.2 Exposições como meio de comunicação e seus diferentes públicos

Conforme supracitado, minha análise foi realizada no espaço expositivo do MJJF utilizando o recurso assistivo do audioguia/*Pentop*, sendo que o mesmo é utilizado pelo Museu como uma estratégia comunicacional para inclusão de PcD visual. Entende-se como estratégia todo um leque de recursos, meios ou maneiras para o desenvolvimento ou aplicação de algo, se tratando dos museus poderia citar a gratuidade de ingresso em dias específicos ou o aluguel de espaços da instituição para geração de renda. No caso em específico de minha monografia, trago estratégias como todo aparato utilizado para permitir a acessibilidade, inclusão e autonomia das PcD às exposições, como por exemplo, recursos tecnológicos, sendo cada vez mais utilizados pelas instituições como *tablets*, televisores, aparelhos de mp3 e de sons, além de tornarem as exposições mais atrativas, esses recursos auxiliam na comunicação, permitindo a autonomia e fruição do público com deficiência, funcionando como estratégias comunicacionais de acessibilidade.

Sabe-se que a premissa para o funcionamento e existência de qualquer instituição museológica é salvaguardar, comunicar e preservar, pois como espaço de troca e construção de conhecimento é de extrema importância seu desenvolvimento como agente social, a partir de estratégias comunicacionais que dialoguem para a sociedade, seja por meio de suas publicações, pesquisas, ações e exposições.

A ideia de museu como importante agente de comunicação consolidou-se em 1992 com a Declaração de Caracas<sup>20</sup>, onde a partir de diversas recomendações de práticas e processos empíricos se inseriu o conceito de meio de comunicação como uma das funções primordiais do museu, pois através das exposições, por exemplo, o museu é capaz de transmitir discursos, articulando objetos, textos, legendas, conceitos e demais elementos expográficos, e através desse conjunto de signos produzir narrativas sobre os mais variados assuntos que sejam de interesse mútuo entre o museu e a sociedade.

---

<sup>20</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS - ICOM. **Declaração de Caracas, 1992**. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/345>>. Acesso em 13 de set. 2018.

Por isso, a concepção expológica<sup>21</sup> e expográfica<sup>22</sup> deve partir de um olhar democrático, que desafie e instigue o visitante, mesmo sabendo da possibilidade de sua não interpretação diante dos significados. Uma vez que o papel da exposição é possibilitar leituras de certos acontecimentos, dando condições e possibilidades para que o visitante avalie criticamente as informações, ou seja, a **exposição é um meio de comunicação**. Tojal (2015) afirma que a acessibilidade comunicacional está diretamente ligada aos conceitos de comunicação museológica fundamentados pela Nova Museologia, cujo objetivo é ampliar o diálogo e a participação do público com o objeto cultural, seja por meio de estratégias de mediação<sup>23</sup>, ou de recursos acessíveis, que ofereçam condições para que todos os públicos, em especial aqueles com deficiência, possam decodificar os conteúdos ali apresentados, com eficácia e autonomia e, assim, o direito de se reconhecerem como parte desse patrimônio cultural.

Para Angela Blanco (2009) toda exposição deve bastar-se como meio para comunicar, não necessitando de meios fora os inseridos expograficamente como, por exemplo, a mediação, essa de certo modo deve favorecer o compartilhamento de experiências entre os visitantes, refletir e dialogar sobre suas apropriações e meios de melhor compreender certas dimensões abordadas na exposição. Para a autora a exposição tem que ser autossuficiente para fazer compreensível os conhecimentos que pretende transmitir, sem que sejam necessários outros recursos que os próprios que constituem a exposição, para seu total entendimento (BLANCO, 2009). Um objeto sozinho, por exemplo, serve para contemplação, mas não para cumprir o pressuposto expositivo no qual o museu se dispõe, como um agente que auxilia na construção do pensamento crítico para com a sociedade.

Segundo Cury (2005a) o êxito de uma exposição está em se ter muito claro o que se deseja comunicar, a partir de uma mensagem geral, suporte de toda

---

<sup>21</sup> Segundo CURY (2005b) expologia é estudo das teorias, conceitos, normas, entre outros princípios museológicos para concepção das exposições.

<sup>22</sup> Segundo CURY (2005b) expografia faz parte da museografia, é a aplicação de conhecimentos e teorias expológicas, ou seja, é a aplicação e materialização das teorias na forma de exposição, o conteúdo tomando forma.

<sup>23</sup> Para conceito de mediação utilizou-se o de André Desvallées e François Mairesse (2013) no livro *Conceitos-chave de Museologia*, onde compreende-se o termo enquanto ação que promove a ligação entre o público e os bens culturais expostos, onde através da reflexão, discussão, diálogo e estímulo, suscitam na construção, criação e ampliação dos conhecimentos do visitante.

comunicação. Para transmitir tal mensagem se utilizam signos considerados como veículos através dos quais se realiza a dita comunicação, os quais se encontram organizados em um espaço específico, harmonicamente elaborados para permitir que seja lida uma determinada mensagem, com fins culturais. A mensagem será constituída por diversos elementos, como objetos, legendas, textos, fotografias, maquetes, espaço expositivo, iluminação, dentre outros que permitam que através de suas associações se formem narrativas. Para Maria Tereza Scheiner (2003) citada por Cardoso (2016) todo o objeto já deve ser encarado como uma história, pronta para ser contada, e juntamente de outros elementos expositivos, como por exemplo, os mencionados acima, se estabelece um fio condutor, através do tema ou conceito escolhidos para a exposição, propiciando o visitante a ser conduzido para a compreensão desta história. A exposição deve ser compreendida como uma “encenação onde os objetos podem ser o fio condutor da narrativa e onde o público é o protagonista e quem dá sentido e vida àqueles objetos, com eles interagindo no tempo e no espaço” (SCHEINER, 2003 apud CARDOSO, 2016, p. 154), podendo modificar e ressignificar o roteiro. A narrativa atua assim como um condutor para a promoção e a troca de experiências na relação museal (CARDOSO, 2016, p. 154).

Por conseguinte, para Cury (2009) o público de museus é plural o que significa diversas interpretações, e essas são compostas a partir das experiências já vividas, conhecimentos, vivências e valores. Portanto é importante que o museu esteja preparado para atender a toda diversidade de público.

Ainda para Cury (2005a) “A exposição e a ação educativa são manifestações da política de comunicação de um museu e para o público é o que define a instituição, pois é através delas que o museu se faz visível e se torna relevante para a sociedade” (CURY, 2005a, p.87). Dessa maneira, enquanto ação que promove encontros entre o público e a cultura material, a exposição também é processo de mediar, é um momento de reflexão, discussão, diálogo, estímulo para o visitante, que, juntamente com seus saberes prévios, promoverá a construção, criação e ampliação de conhecimento. A exposição é uma ponte entre o visitante e o conhecimento contido nos bens culturais expostos, por isso precisa ser bem planejada e organizada, pois sempre há

intencionalidade e se for de forma improvisada poderá, além de dispor informações errôneas, fazer com que sua experiência seja negativa.

Cury (2009) também aponta que o público é sujeito da construção de seus próprios conhecimentos, por isso usa suas próprias estratégias de interpretação para obter o sentido nas exposições museológicas. Devemos assim considerar a visita ao museu como uma experiência única e, uma vez reconhecida sua importância, questionamentos começam a ser feitos sobre o que o visitante apreendeu, a autora nomeia essa análise de estudos de recepção. Nesses estudos, os visitantes podem se manifestar de diversas formas, pois podem perceber ou não os significados pretendidos, e percebendo-os, podem ou não concordar, achar interessantes, ou nem se quer prestar atenção neles.

Logo, se analisarmos os conceitos apresentados sobre a acessibilidade em museus e exposições como meio de comunicação, considero o conceito de **comunicação museológica** de Cury (2005a), como fundamental para a compreensão da mensagem que é transmitida ao público através das exposições. A autora assim o define:

A comunicação museológica é operada pela linguagem dos objetos, mas se efetiva na interação entre o museu e o público sobre o significado a que se propõe, se apreende, se reelabora e se negocia (CURY, 2005a, p. 88).

Portanto, a comunicação museológica se faz presente em todos os processos comunicacionais do museu, como publicações de pesquisas, ações educativas, palestras, seminários, além das exposições. O objeto é apenas um gatilho para o início desses processos, que através de estratégias de comunicação podem interagir com o público estimulando questionamentos, pensamentos críticos e despertando a consciência. Segundo Tojal (2007) o que se busca é ampliar a leitura do objeto cultural pelo público, levando-o a perceber, analisar, interpretar, criticar, enfim, decodificar esse objeto, explorando-o e apropriando-se do seu conteúdo e da sua essência, e fazendo desse ato uma experiência prazerosa e significativa. Para tanto, é necessário criar uma estratégia de comunicação que pressupõe diversas operações semióticas que entrelaçam o discurso ao espaço, fazendo com que a exposição assegure uma orientação para a recepção das informações. Cabe aos museus não apenas

trabalharem a favor da comunicação de seus objetos culturais, mas também reconhecerem a diversidade cultural e social, contribuindo para a democratização cultural por meio de processos de inclusão social. Lembro aqui novamente toda a diversidade de público, não apenas as PcD, mas todos que antes eram, ou ainda são, excluídos socialmente como moradores de regiões periféricas, analfabetos, idosos, pessoas com vulnerabilidade social, moradores de rua, entre outros.

É significativo frisar que de nada adiantará toda pesquisa e empenhos depositados para a construção de uma exposição sem que sejam dadas todas as garantias de oportunidades iguais e acesso pleno ao patrimônio cultural, o que significa ampliar o acesso da instituição para todos os tipos de públicos, principalmente aqueles que por fatores sociais e também limitações sensoriais, físicas e mentais fazem parte de grupos com menores condições de participar desses espaços. Segundo Sarraf (2015)

As pessoas com deficiência física podem ter limitações em membros superiores, inferiores, em partes do corpo, paralisias cerebrais e deficiência de crescimento. Os indivíduos considerados pessoas com deficiência intelectual possuem síndromes e déficits devido a acidentes ou má formação, que implicam em limitações cognitivas. As deficiências sensoriais - visual e auditiva - podem ocorrer em diferentes gradações, que podem variar de comprometimentos leves, médios ou graves até a total perda da capacidade. As deficiências também podem ocorrer simultaneamente com um mesmo indivíduo, o que é denominada deficiência múltipla; um exemplo desse caso são as pessoas com deficiência visual e auditiva ou física e intelectual (SARRAF, 2015, p. 82-83).

A igualdade de direitos está intrinsecamente relacionada ao respeito pela diversidade coletiva ou individual, e para que se cumpra a desafiadora tarefa de proporcionar uma maior interatividade entre o público e o objeto, é necessário que a equipe de gestores e profissionais de museus adote políticas institucionais de interdisciplinaridade pensando na relevância de se refletir sobre a comunicação museológica, nos processos de concepção de exposição e interação do público, de forma a permitir e contribuir para a inclusão dos mais diversos tipos de visitantes.

Sendo assim, a partir de todos os conceitos e reflexões analisadas, no próximo capítulo irei contextualizar a trajetória do MJJF, para então explorar o espaço expositivo e as estratégias comunicacionais utilizadas para promoção de inclusão do PcD visual no MJJF.

### 3 MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM JOSÉ FELIZARDO

O MJJF<sup>24</sup> está localizado na atual Rua João Alfredo, número 582 no Bairro Cidade Baixa, na cidade de Porto Alegre. O Solar Lopo Gonçalves, nome como é conhecida a casa sede do Museu, é uma construção com arquitetura luso-brasileira datada de meados do século XIX, mais precisamente entre 1845 a 1853, e servia como casa de campo e descanso da família portuguesa de Lopo Gonçalves, na época estava localizada a beira da Rua da Margem<sup>25</sup> (MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM JOSÉ FELIZARDO, 2011, exposição). Segundo Possamai (2001) Lopo Gonçalves foi um importante comerciante de Porto Alegre, sendo que um de seus negócios, uma loja de tecidos, estava situada em um dos cômodos do sobrado onde residia com sua família na Rua da Praia, importante ponto comercial do centro da capital gaúcha.

Também foi vereador da cidade, provedor da Santa Casa de Misericórdia, fundador e presidente do Banco da Província do Rio Grande do Sul e da atual Associação Comercial, destacando-se como um importante membro da elite porto-alegrense, também era proprietário de diversos patrimônios na época.

O Solar por se tratar de uma casa de campo era simples, mesmo sendo de uma família abastada, a qual deixava na época toda ostentação e preocupação social para sua residência no centro da cidade. Porém, com o avanço da urbanização o Solar deixou de ser casa de campo e passou a ser residência fixa da filha e família de Lopo Gonçalves após sua morte, sofrendo alterações arquitetônicas e passando a ser o novo local de ostentação social da família, para isso também a família passou a adquirir e utilizar objetos caros, alguns localizados pelo Setor de Arqueologia do MJJF fazendo parte do acervo e compondo exposições.

Segundo Santos (2011) o Solar pertenceu à família de Lopo Gonçalves até 1946, após foi vendido para o empresário Albano José Volkmer (1886 – 1972) que passou a utilizá-lo para fábrica de velas, e também haviam alguns moradores, apesar da precária situação em que se encontrava o casarão, pois com o passar do tempo não houveram

---

<sup>24</sup> O MJJF está localizado no antigo casarão Solar Lopo Gonçalves, na atual Rua João Alfredo número 582 no Bairro Cidade Baixa, na cidade de Porto Alegre. Seu horário para visitação   de Segunda-feira das 13h às 17h30, e de Terça a Sexta-feira das 9h às 12h e das 13h às 17h30, a entrada   gratuita. Para maiores informa es acesse: <<http://www.museudeportoalegre.com>>. Acesso em 8 de set. 2018.

<sup>25</sup> Hoje Rua João Alfredo.

novas reformas ou melhoria, se degradando. A Prefeitura chega até a autorizar sua demolição, porém Albano José Volkmer realiza reformas para melhorias do prédio mantendo-o em pé. Segundo André (1981) citado por Possamai (2001), no final dos anos de 1950 o Solar ficou conhecido como “Casa das Magnólias” devido a centenária árvore localizada em frente ao casarão, sendo assim chamada por Manoelito de Ornellas, um dos pioneiros a levantar a questão da importância do prédio e sua preservação.

Figura 1 - Imagem da fachada frontal do MJJF e à direita a árvore centenária Magnólia



Foto: Acervo Pessoal, 2018.

Após o neto de Albano José Volkmer residir no casarão, efetuou sua venda em 1966 para o Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários (SASSE), que após tentativas de demolição do prédio junto a Prefeitura, para construção de núcleo residencial para seus associados, e a mesma ser negada, passou a funcionar como

cortiço para pessoas com vulnerabilidade social, estando novamente em condições precárias e inóspitas.

Possamai (2001) em seu livro “Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre”, reitera que em 1940 para comemoração de duzentos anos de Porto Alegre, o historiador Nilo Ruschel, diretor do Departamento Central de Propaganda e Turismo do Bicentenário de Porto Alegre, realizou a aquisição de três das mais antigas e significativas coleções fotográficas da cidade: Irmãos Ferrari, Barbeitos e Irmãos e Virgílio Calegari, demonstrando assim o início da preocupação em se preservar a história da cidade por parte dos órgãos públicos. Nessa época também já havia por parte do órgão público a intenção de criação de um museu com a finalidade de reunir o acervo histórico da cidade de Porto Alegre, o que após a aquisição dessas coleções fotográficas pode ser considerado iniciado, pois futuramente foram transferidas para o MJJF.

Em 1971, um grupo de intelectuais<sup>26</sup> da sociedade de Porto Alegre “[...] buscava um contraponto à progressiva modernização da malha urbana, com amplas realizações no setor viário” (SILVA, 2015, p. 15), e deu início a uma campanha preservacionista que envolvia diversos prédios históricos da cidade.

O movimento preservacionista colocou em discussão na imprensa local a necessidade de um espaço para guardar o passado histórico e a memória da cidade. Em 1978, uma comissão coordenada pelo historiador Moacyr Flores elaborou o projeto de criação de um Museu Histórico Municipal (MUSEU JOAQUIM JOSÉ FELIZARDO, 2011, exposição).

Ainda segundo Possamai (2001), o Solar já era considerado como um espaço para salvaguardar a história e a memória porto-alegrense, pois estava vinculado a importantes fatos históricos, como por exemplo o local onde foi fundada a Praça do Comércio, atual Associação Comercial.

A vinculação da casa com a figura do seu proprietário e com a fundação da Associação Comercial foi um elemento que demonstrou, naquele contexto, a importância da casa, possibilitando a sua preservação. Esses dois aspectos, ter

---

<sup>26</sup> “Foram precursores dessa campanha o arquiteto e urbanista Francisco Riopardense de Macedo, o arquiteto Júlio Nicolau Barros de Curtis, o médico Paulo Xavier, o colecionador Leandro Telles, o jornalista Alberto André e o historiador Sérgio da Costa Franco” (SANTOS, 2011, p. 29).

pertencido a uma figura ilustre da cidade e ter sido o local onde foi fundada uma associação diretamente relacionada à história de Porto Alegre, deram legitimidade àquela residência como objeto arquitetônico a ser preservado pela sociedade porto-alegrense enquanto *patrimônio* (POSSAMAI, 2001, p. 30. Grifo da autora).

Portanto, o desejo de consolidar o Solar por parte do poder público, grupo de intelectuais preservacionistas, imprensa e sociedade, em um patrimônio porto-alegrense e conservá-lo como instituição museológica, realizou-se em 1976 por meio de decisão municipal como o Museu Cidade de Porto Alegre, e em 13 de março de 1979 pelo Decreto municipal 6.598, tornando O Museu de Porto Alegre. Entre 1979 e 1982 o Solar passou por obras de restauração para poder abrigar a instituição e, portanto, teve sua primeira sede na Rua Lobo da Costa, também situada no bairro Cidade Baixa, reunindo acervo fotográfico, indumentária, moedas, periódicos e documentos, já pertencentes ao arquivo da prefeitura.

Para homenagear o historiador Joaquim José Felizardo, criador da Secretaria Municipal da Cultura (SMC) e membro do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (CECRS), em 1993 o Museu passou a denominar-se Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, segundo a Lei nº 2386 de 23/12/1993.

Hoje, o MJJF conta com três tipologias de acervo: Acervo Fotográfico, a Fototeca Sioma Breitman que é composta por aproximadamente 9.000 fotografias, muitas oriundas das coleções citadas anteriormente, contando com grande parte digitalizadas em alta definição a disposição do público; Acervo Arqueológico, que compreende 200.000 peças, entre fragmentos e objetos inteiros, referentes a sítios de ocupação pré-histórica e histórica do município de Porto Alegre, trata-se de peças cerâmicas, líticas, peças em louça, em vidro, em metal, em couro, em osso, dentre outras; e o Acervo Histórico, composto por cerca de 1.300 peças, que são objetos de cidadãos porto-alegrenses, do final do século XIX e século XX, como acessórios de uso pessoal, objetos de decoração, mobiliário e indumentária, entre outros<sup>27</sup>.

Segundo Regimento Interno<sup>28</sup> do MJJF, sua missão é

<sup>27</sup> Dados do site do MJJF, disponível em: <<http://www.museudeportoalegre.com>>. Acesso em 8 de set. 2018.

<sup>28</sup> MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM JOSÉ FELIZARDO. **Regimento Interno**, 2010. Disponível em: <<http://www.museudeportoalegre.com/wp-content/uploads/2018/07/Regimento-Interno-Museu-de-Porto-Alegre-Joaquim-Felizardo.pdf>>. Acesso em 8 de set. 2018.

[...] promover a interação da sociedade com o patrimônio cultural do município, com ênfase na sua história e memória, através da preservação, pesquisa e comunicação dos bens culturais sob a guarda da instituição (MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM JOSÉ FELIZARDO, 2010, doc. eletr.)

Dentre alguns dos objetivos, também dispostos em seu Regimento, trago apenas alguns, os quais já demonstravam preocupação para a interação e inclusão social com todos os públicos.

I - adquirir bens representativos dos diferentes grupos formadores da sociedade porto alegreense ao longo de sua história. (art. 3)

[...]

V. Garantir a acessibilidade universal a visitantes e funcionários. (art. 3)

[...]

V - elaborar e implementar programas de exposições adequado a sua vocação e tipologia visando promover acesso aos bens científico-culturais, estimulando a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico. (art. 32)

[...]

XI - promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, de modo a contribuir na ampliação do acesso da sociedade às manifestações culturais, ao patrimônio material e imaterial e a ciência. (art.29) (MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM JOSÉ FELIZARDO, 2010, doc. eletr.)

O Museu está vinculado à SMC da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), mais especificamente à Coordenação da Memória Cultural (CMC), que tem sob sua subordinação, além do MJJF, outros importantes locais de salvaguarda e preservação de memória e patrimônio, como o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHMV) e o Memorial do Mercado<sup>29</sup>, mas que são unidades independentes.

Por não possuir uma rubrica própria no orçamento da prefeitura, os recursos financeiros têm origem em projetos apresentados, e a verba é oriunda dos seguintes

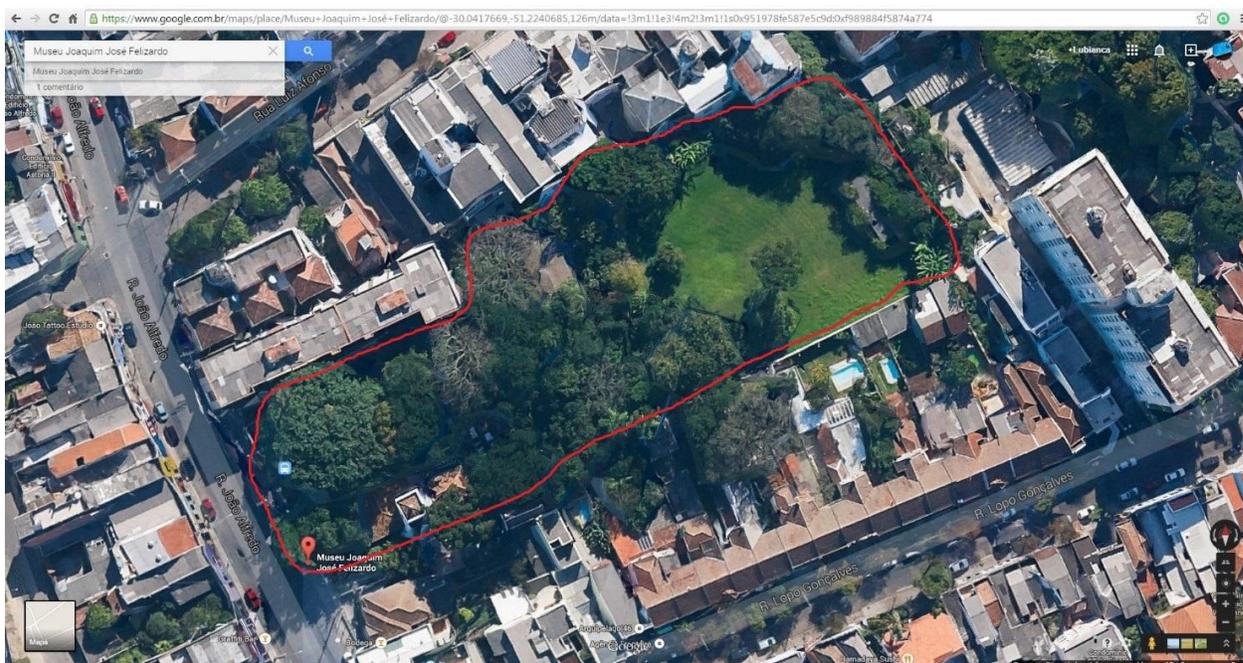
---

<sup>29</sup> O Memorial do Mercado inaugurado em 1999, propõem-se a preservar e divulgar a história do Mercado Público Central de Porto Alegre - RS à população porto-alegrense e aos visitantes de outras localidades. Realiza exposições de longa e curta duração, possuindo um banco de imagens digitalizadas para consulta, cumprindo a tarefa de registro da documentação sobre a história do Mercado: fotos, mapas, plantas e documentos sobre a execução da obra de restauro. É vinculado à Coordenação da Memória da SMC da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Em razão do incêndio do Mercado Público ocorrido em 2013, o Memorial do Mercado se encontra desativado. Disponível em: < [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?reg=2&p\\_secao=90](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?reg=2&p_secao=90)>. Acesso em 17 de dez. 2018.

fundos<sup>30</sup>: Fundo Pró-Cultura do Município (FUNCULTURA); Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (FUMPAHC).

A equipe do Museu é composta por funcionários e estagiários, dos cursos de Museologia e História, dispostos nos setores de Acervo Fotográfico, Arqueológico, Histórico, de Educação Patrimonial e, do Setor de Acessibilidade, com a Técnica em Cultura Márcia Beatriz dos Santos e uma estagiária, Alice Lampert, acadêmica do Curso de Licenciatura em História na UFRGS. Para os serviços de limpeza e recepção são contratados terceirizados, manutenção e segurança são realizadas por prestadores de serviço do Núcleo de Serviços Gerais da SMC e por outras secretarias como a Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre (DMLU) e Guarda Municipal. O fato de ter grande rotatividade de pessoal realizando esses serviços, pois nunca são os mesmos funcionários que podam as árvores por exemplo, coloca em risco a segurança do Museu.

Figura 2 - Imagem aérea do MJJF, em vermelho delimitação do espaço

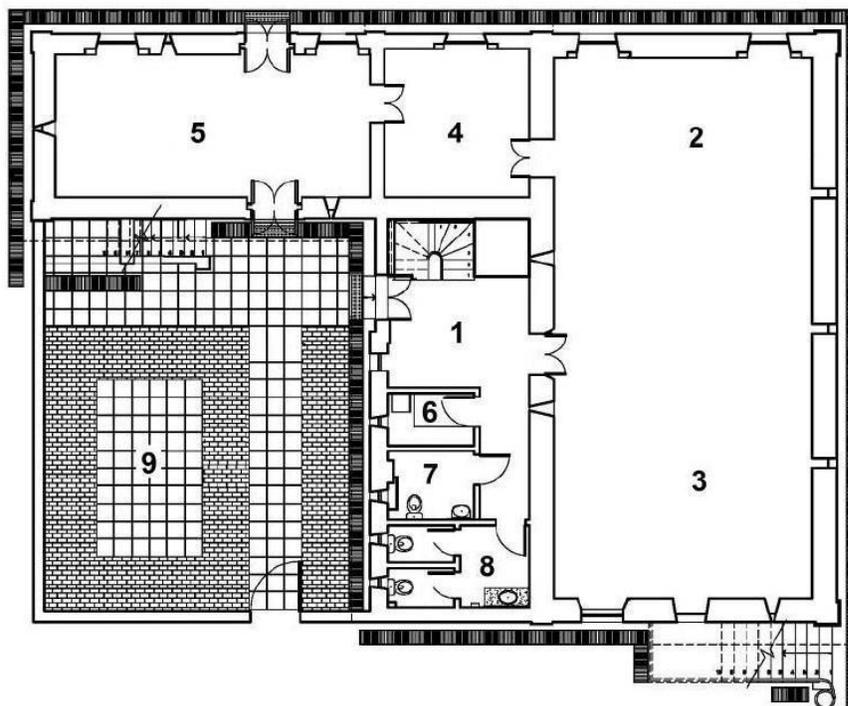


Fonte: Google Maps, editado pela autora. Acessado em 7 de set. de 2018

<sup>30</sup> As vezes acaba se beneficiando do Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural da Secretaria de Cultura (FUMPROARTE), o qual é destinado a projetos de agentes culturais;

O prédio do Solar possui dois andares, no porão ou andar térreo estão localizados: recepção com acesso a elevador (1), Setor de Arqueologia (2) e reserva técnica arqueológica (3), Setor Educativo (4), sala de reuniões e auditório (5), copa (6), banheiro acessível (7), demais banheiros (8) e pátio interno (9).

Figura 3 - Planta baixa do porão ou andar térreo



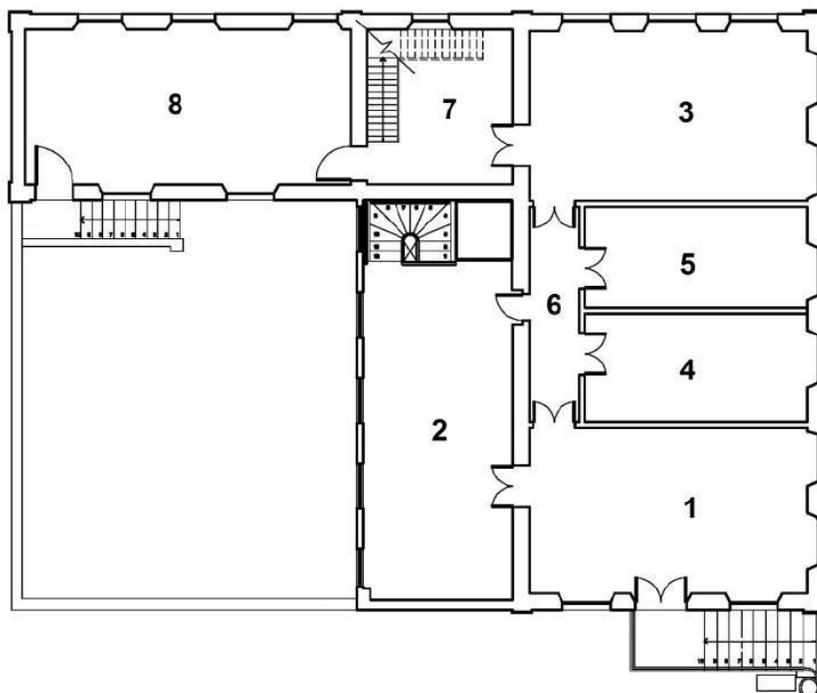
Fonte: Acervo MJJF, editada pela autora em 8 de set. de 2018.

No segundo andar há: (1) sala onde há a recepção e espaço destinado para exposições de longa duração, nessa sala está localizada a exposição *O Solar que virou Museu: memórias e histórias*<sup>31</sup>; (2) sala da exposições de longa duração, atualmente conta com a exposição *Transformações Urbanas: Porto Alegre de Montauray a Loureiro*, local também onde está localizado o elevador; (3) sala de exposições de curta duração; (4) sala da direção; (5) Setor de Acessibilidade e administração; (6) corredor que liga as salas expositivas e demais setores; (7) sala com computadores para pesquisa do

<sup>31</sup> A exposição será analisada no subcapítulo 4.1 deste trabalho, pois se trata do espaço no qual foi pensado e realizado o audioguia.

público de acervo digital e fotográfico da Fototeca Simone Bretman, e escada que vai para o torreão<sup>32</sup>, uma pequena sala em um terceiro andar da casa o qual está sendo utilizado para salvaguarda de arquivos institucionais e, portanto, não pode ser acessado pelo público; e (8) sala que abriga o acervo da Fototeca e a equipe de profissionais do setor.

Figura 4 - Planta baixa do segundo andar



Fonte: Acervo MJJF, editada pela autora em 8 de set. de 2018.

Um anexo foi construído no perímetro do MJJF, aos fundos do prédio do Solar, para salvaguardar o acervo histórico e reserva técnica, local onde também não é permitida a circulação de público sem autorização prévia e acompanhamento de servidor.

A partir de análise de documentos da instituição, verificou-se que em 2002 foram realizadas adaptações físicas no Solar, como instalação de um elevador para cadeirantes, idosos e demais pessoas que necessitem utilizá-lo, e instalação de

<sup>32</sup> “[...] que tinha a função de observatório. Dali poderia-se visualizar o Lago Guaíba, a chácara e toda a área ao seu redor” (POSSAMAI, 2001, p. 71). “Torre no alto de um edifício” (DICIO, Dicionário online de Português). Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/torreao/>>. Acesso em 05 de out. de 2018.

banheiro acessível. Até essa data o MJJF não possuía adaptações para acessibilidade (MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM JOSÉ FELIZARDO, relatório anual de 2002).

Em análise feita por Santos (2011), as áreas externas como estacionamento, pátio e jardim, foram consideradas parcialmente acessíveis, pois o piso original localizado nessas áreas é irregular. Foram realizados estudos pelo Setor e pela Secretaria de Acessibilidade e Inclusão Social de Porto Alegre (SEACIS), para instalação de uma nova via de circulação com piso regular, sinalização e piso podotátil nessa área, porém a mesma não foi realizada. A circulação vertical também é parcialmente acessível, pois conta com um elevador, a escadaria externa conta apenas com corrimão, não possui antiderrapantes ou piso tátil, e a escadaria interna possui degraus irregulares e em formato caracol, que não é adequado segundo a NBR 9050, porém justifica-se que a escada externa é a principal e que dá acesso direto a recepção e a primeira sala de exposições.

Segundo Knuth (2012) as primeiras iniciativas relativas à acessibilidade no MJJF são de 2001 sob a direção de Jane Cravo, onde consta no Relatório de Gestão da Instituição um projeto de inclusão social denominado “Visita Guiada: Novas Percepções na Educação Patrimonial”, sob a coordenação de Maria da Graça Trajano de Cristo, o qual atenderia PcD, porém o mesmo não se realizou devido a falta de acessibilidade física no Museu. Knuth (2012) analisa em sua monografia a aplicação deste projeto, o qual ocorreu em 2002 sob a direção de Pedro Rubens Vargas após apoio financeiro, realizando-se as adaptações físicas necessárias no prédio, já supracitadas, juntamente da instalação do piso tátil o qual não existe mais e não foi recolocado, devido a anos de uso e sem manutenções. Também houve a contratação da arquiteta Magaly Amaral da Costa para confecção réplicas do acervo para toque de PcD visual, algumas ainda disponíveis, e do arquiteto Pery Bennett Santos para o desenvolvimento da maquete tátil do Museu, que após restauro se encontra disponível para toque na exposição.

Santos (2011) em sua monografia, afirma que em 2007 sob a direção de Tereza Regina Longhi, durante o planejamento da exposição *Transformações Urbanas: Porto Alegre de Montauray a Loureiro* houve propostas de adaptações com recursos acessíveis, pois se tratava de uma exposição de longa duração, porém não foram realizadas devido à falta de recursos financeiros. Em 2016, o Prof. Dr. Eduardo

Cardoso<sup>33</sup> desenvolveu o estudo e confecção de peças acessíveis para a exposição. Nesse mesmo ano eu estava realizando meu estágio obrigatório curricular na Instituição e tive a oportunidade de participar de um dos encontros piloto das peças, onde simulamos a utilização das mesmas durante uma mediação. Esse estudo e desenvolvimento dos recursos acessíveis compuseram sua tese<sup>34</sup> e hoje essas peças se encontram disponíveis no Museu para utilização do público.

Em 2010 criou-se o Setor de Acessibilidade do MJJF, em 2011 foi concebida a exposição *O Solar que virou Museu: memórias e histórias*. Segundo Thanise Atolini (2015), em 2011 o MJJF recebeu aporte financeiro oriundo de edital do IBRAM intitulado “Modernização de Museus - Microprojetos 2011”, premiando o projeto “Aprendendo a preservar o patrimônio: oficinas lúdicas e sensoriais” da Instituição que contava com a realização de quatro oficinas no MJJF: Descobrimo a arqueologia no Museu, Bingo do Patrimônio, Educação para o Patrimônio: formando multiplicadores e Conhecendo Porto Alegre através dos sentidos, realizadas durante o ano de 2012. A oficina “Conhecendo Porto Alegre através dos sentidos” tinha como objetivo central “[...] ampliar e qualificar a inclusão de pessoas com deficiência no público visitante do Museu” (ATOLINI, 2015, p. 335), buscando democratizar o acesso do público visitante e para exercício de sua função social, estimulando-os a se apropriarem do acervo e da história de Porto Alegre.

Inicialmente, os deficientes visuais liam o catálogo em Braille da exposição *O Solar que virou museu: memórias e histórias* (2011) e utilizavam o equipamento de audioguia, que descreve os módulos I, II e III, que compõem a exposição. [...] Na última etapa da oficina, os participantes eram convidados a tocar e identificar as maquetes e as réplicas, objetos históricos e fragmentos arqueológicos originais pertencentes ao acervo do Museu. [...] cachimbo de escravo, uma chave do Solar, um cortador manual de Bolacha Maria, uma escarradeira, uma máquina fotográfica e um mata borrão. Dados adicionais sobre os objetos eram fornecidos pela oficineira [...] (ZUBARAN, 2015, p. 206).

---

<sup>33</sup> Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2003), Especialista em Tecnologia Computacional Aplicada ao Projeto pela UFRGS (2007), Mestre em Design - UFRGS (2009) e Doutor em Design - UFRGS (2016). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6147229997002169>>. Acesso em: 27 de out. de 2017.

<sup>34</sup> CARDOSO, Eduardo. **Design para Experiência Multissensorial em Museus: fruição de objetos culturais por pessoas com deficiência visual**. 2016, 590p. Tese (doutorado) - Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Design e Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/169663>>. Acesso em: 24 de jan. 2018.

Segundo Atolini (2015) a confecção do catálogo em Braille da exposição foi pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED). A autora também menciona que os visitantes eram estimulados a tocarem as paredes interna do Museu, feitas de estuque (madeira, barro e folhas de palmeiras), e as paredes externas feitas de tijolos, cimento e madeira, para perceberem como as paredes de construções antigas são quase duas vezes mais espessas que as paredes de construções atuais, o que contribui para que o Solar conserve temperatura mais baixa em seu interior (ATOLINI, 2015).

Maria Angélica Zubaran (2015) menciona que com os recursos obtidos junto ao IBRAM com a premiação do projeto em 2012, foi possível a restauração da maquete tátil da planta baixa do Solar (Figura 5), cujas legendas estavam desatualizadas em virtude de trocas de salas de alguns setores; a confecção de meia maquete da fachada do prédio, destacando os detalhes da arquitetura; e a elaboração de uma maquete reproduzindo a árvore centenária localizada em frente ao Museu, Magnólia.

Figura 5 - Imagem da maquete tátil do Solar, vista de cima



Foto: Acervo Pessoal, 2018.

Sobre os textos presentes na exposição é significativo destacar que não há legendas ou textos em Braille, porém conforme já supracitado, há o catálogo em Braille, entretanto é necessária a solicitação deste material, pois o mesmo não se encontra disponível livremente na exposição. Não há intérpretes de Libras (Língua Brasileira de

Sinais) disponíveis para visitas espontâneas, porém são disponibilizados a partir de solicitação e agendamento prévio.

O MJJF também realiza a oficina “Viva o Centro a pé” (Figura 6) que propõe aos participantes através de caminhada orientada, ampliação do entendimento de prédios históricos do centro histórico de Porto Alegre, e da própria história da cidade.

Figura 6 – Imagem da visita “Viva o Centro a pé”



Fonte: Arquivo pessoal de Márcia Beatriz dos Santos.

Essa atividade disponibiliza audiodescritores contratados que realizam a caminhada junto com os participantes e descrevem ao vivo os lugares selecionados para o passeio, possibilitando maior experiência. Essa atividade vem ocorrendo desde 2006, sendo que a primeira caminhada guiada pelo Centro Histórico foi coordenada pela socióloga Liane Klein, como parte da programação organizada para comemorar o primeiro ano do Caminho dos Antiquários.

Em 2012 foi elaborado o audioguia da exposição *O Solar que virou Museu: memórias e histórias*, com “[...] audiodescrição da exposição, leituras dos textos e a descrição do Solar, das fotografias e reportagens da época, das linhas de tempo e dos objetos arqueológicos do acervo em exibição” (ATOLINI, 2015, p. 341). Segundo

entrevista com Márcia Beatriz dos Santos, os recursos financeiros para a realização dessas TA foram oriundos da SMC e CMC (SANTOS, 2018b).

Neste capítulo apresentei breve histórico de constituição da Instituição, seu espaço físico e características, bem como adaptações e recursos de acessibilidade utilizados pela Instituição e pelo Setor de Acessibilidade, para permitir o acesso e inclusão de PcD. Percebe-se o pioneirismo da Instituição no estado perante essa área, pois ao longo do tempo foi ampliando, diversificando e qualificando suas ações educativas, potencializando sua função social na comunidade, incentivando a discussão sobre patrimônio cultural da cidade estimulando o contato entre os diferentes públicos e os acervos. Essa análise se faz fundamental para melhor compreensão do objeto de estudo, e da exposição no qual ele está inserido, conforme problematizado no próximo capítulo.

#### 4 ANÁLISE DO AUDIOGUIA/*PENTOP* E SUA ESTRATÉGIA DE ACESSIBILIDADE NA EXPOSIÇÃO

No capítulo anterior apresentei breve histórico e características do MJJF, dando ênfase na análise da acessibilidade na Instituição, cujo assunto também é um dos focos desta pesquisa. Neste capítulo me proponho a analisar o audioguia/*Pentop* contendo a audiodescrição de uma das exposições de longa duração do Museu, traçando no decorrer do estudo novamente os conceitos e definições já elencados, junto da análise do objeto de estudo. Conforme apresentado no capítulo anterior, o MJJF conta com Setor de Acessibilidade e possui algumas TA, utilizadas como estratégias de acessibilidade para viabilizar a visita de PcD. Cardoso (2016) apresenta sete estratégias de comunicação, como assim denomina, para possibilitar o acesso de diferentes públicos:

[...] os audioguias, enquanto sistema eletrônico de tour personalizado; Libras – Língua Brasileira de Sinais; Recursos táteis, que podem englobar maquetes táteis, taxidermia, réplicas e toque em artefatos originais tal como artefatos arqueológicos; a audiodescrição, enquanto tradução das informações e mensagens visuais no meio sonoro; o texto ampliado, como recurso às pessoas com visão residual, como as pessoas com baixa visão; o Braille, enquanto sistema de escrita com pontos em relevo; e o closed caption, como sistema de transmissão de legendas que descreve os sons e falas presentes nas imagens e cenas (CARDOSO, 2016, p. 63).

Portanto o audioguia é um sistema eletrônico que permite ao visitante realizar um tour personalizado nos ambientes do museu, fornecendo ao público informações sobre o espaço físico da instituição, a exposição (textos, legendas, descrição dos objetos) e contexto histórico. Hoje há diversas tecnologias e sistemas que podem ser utilizados para esta finalidade, como por exemplo, aparelhos de *mp3*, *tablets*, *palm*s, *ipods*, celulares, dentre outros que possam ser manuseados facilmente pelo visitante, garantindo sua plena autonomia e potencializando a comunicação museológica. Em 2012 o MJJF adquiriu aparelhos *mp3* para serem audioguias, contendo a audiodescrição da exposição *O Solar que virou museu: memórias e histórias*, que conforme citado no capítulo anterior, foi possível de ser implementada a partir de aporte financeiro da SMC e CMC, pertencentes da Prefeitura Municipal de Porto

Alegre. Em 2015 o Museu ganhou duas *pentops*<sup>35</sup> para serem audioguias da exposição, como parte do desenvolvimento da tese do Prof. Eduardo Cardoso, as quais receberam a audiodescrição já existente contida nos aparelhos mp3. Atualmente o Museu conta com sete *pentops* disponíveis aos visitantes.

A *pentop*<sup>36</sup> ou caneta falante como também é chamada (Figura 7), é um dispositivo eletrônico, semelhante a uma caneta, que possui em sua ponta, ao invés de uma ponteira para escrever, um sensor posicionado e, internamente, ao invés de tinta, um sistema de processador eletrônico, o qual é capaz de identificar elementos gráficos, através de códigos especiais contidos em etiquetas pré codificadas, e reproduzir sons previamente gravados, correspondentes aos textos e imagens impressas. Ao apontar a *pentop* para as etiquetas pré codificadas o sensor posicionado na ponta da *pentop* captura o código impresso, que é decodificado pelo programa de sonorização, para identificar e tocar o som correspondente, no caso do MJJF a AD da exposição. As etiquetas são feitas de policarbonato e possuem adesivos autocolantes, podendo ser aplicadas diretamente na parede ou a qualquer superfície plana e lisa, e por possuírem tecnologia única, são especificamente fornecidas pela mesma empresa fabricante da *pentop*.

---

<sup>35</sup> **Especificações da Pentop** - Dimensões: comprimento: 130 mm; largura: 25 mm; profundidade: 18 mm. Peso: 42 gramas. Formato da leitura de arquivos de audiodescrição: “.ebk”. O tempo total para a leitura: 4 horas (em volume médio). Capacidade de Memória: 4 GB (de acordo com o produto). Potência Sonora: inferior a 80dB. Alimentação: bateria interna. Temperatura adequada: 0 a 45 graus Célsius (MANUAL DO USUÁRIO PENTOP, 2014, p. 50). Para maiores informações acesse: <<http://www.pentop.com.br/t/aboutus>>. Acesso em 23 set. 2018.

<sup>36</sup> A palavra *pen* em inglês significa caneta em português. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/pen>>. Acesso em 23 set. 2018.

Figura 7 - Imagem da *Pentop*

Foto: Acervo Pessoal, 2018.

As *pentops* permitem a sonorização de materiais impressos para usos nas mais diferentes áreas, porém é mais utilizada na educação, cultura, turismo e acessibilidade. A sonorização pode ser por letra, por palavras, por frases, por período, por capítulo ou por objeto gráfico e pode ser realizada em qualquer idioma, uma vez que os sons são previamente gravados (MANUAL DO USUÁRIO PENTOP, 2014). A *pentop* é uma solução comunicacional acessível de implantação rápida, e de fácil manuseio, podendo ser utilizada por todos os públicos: crianças, jovens, adultos, idosos e PcD.

A AD permite a compreensão das PcD visual de elementos expográficos através de descrição, sejam de imagens, textos, fotografias, objetos, e demais itens que possam fazer parte da exposição, permitindo ao visitante a compreensão da narrativa através das palavras. Segundo Laíse de Sousa Santos (2014), a AD é uma das modalidades de tradução audiovisual, e consiste em traduzir em linguagem verbal conteúdos não-verbais presentes na televisão, no cinema, nos museus, teatros, dentre outros espaços culturais ou meios de comunicação. É um recurso de acessibilidade capaz de proporcionar possibilidades de inclusão por meio do acesso à cultura e à informação, ou seja, “Trata-se de um texto verbal escrito para ser ouvido, ao vivo, pré-

gravado ou com auxílio de leitores de telas em computadores” (ADERALDO, 2014, apud SANTOS, 2014, p. 19).

Por conseguinte, audioguia/*Pentop* e AD são TA que se tornam estratégias comunicacionais para as instituições museológicas ampliando e potencializando a visitação de PcD a seus espaços, permitindo-lhes autonomia e empoderamento. Para tanto no próximo subitem, partindo do conceito de exposição como meio de comunicação, analisarei a utilização do audioguia/*Pentop*, e, por conseguinte a AD, como recursos de TA utilizados como estratégias comunicacionais para inclusão de PcD visual para promoção de autonomia à exposição.

#### **4.1 Análise do audioguia/*Pentop* na exposição O Solar que virou museu: memórias e histórias**

Neste subcapítulo não falarei especificamente sobre o conteúdo da exposição, pois muitos dados são os mesmos supracitados no capítulo 3, sobre a história do Solar e implementação do MJJF, e também porque a análise expográfica não é o foco de minha pesquisa. Porém, ao longo deste capítulo trarei um panorama geral com dados pontuais, que acrescentarão o entendimento sobre o audioguia/*Pentop* no espaço expositivo. Durante o processo de pesquisa desta monografia, foram realizadas entrevistas<sup>37</sup> com Márcia Beatriz dos Santos, Coordenadora do Setor de Acessibilidade do MJJF que participou de todo processo de concepção e implantação do audioguia e, com o Prof. Dr. Eduardo Cardoso, Professor nos Cursos de Graduação em Design Visual e Design de Produto da UFRGS, que desenvolveu sua tese no MJJF implementando novos recursos acessíveis e audiodescrições na exposição de longa duração *Transformações Urbanas: Porto Alegre de Montauray a Loureiro*, além de participar da concepção do novo sistema de audioguia, a *pentop*, para tanto realizando também entrevistas com PcD visual, as quais complementam minha pesquisa.

---

<sup>37</sup> Os roteiros das entrevistas encontram-se nos Apêndices A e B.

Também realizei coleta de dados por meio de observação participante e entrevistas<sup>38</sup> durante uma visita previamente agendada com mediação na exposição referente do MJJF, *O Solar que virou Museu: memórias e histórias*, no dia 04 de outubro de 2018 com três PcD visual, conforme dados no quadro abaixo. Sendo que todas as fotos que utilizei neste capítulo para complementar informações são referentes a visita deste dia, para tanto todas as participantes autorizaram<sup>39</sup> a divulgação destes dados e imagens.

Quadro 1 - **Dados das entrevistadas**

Participante	Sexo	Idade	Caracterização da deficiência
1	Feminino	41	Cega após os 30 anos de idade
2	Feminino	30	Cega após os 8 anos de idade
3	Feminino	23	Cega logo após o nascimento

Fonte: da autora, 2018.

No dia 04 de outubro de 2018 para a realização das entrevistas, primeiro fiz a apresentação da minha proposta de pesquisa e conversei um pouco com as Participantes sobre o foco que seria abordado na visita, para após entrevistá-las. Sendo que as Participantes 1 e 2 já conheciam a exposição e já haviam realizado a visita com o audioguia/*Pentop*, portanto já conhecendo essa TA. Também estiveram presentes durante toda a visita e entrevistas a Coordenadora do Setor de Acessibilidade Marcia Beatriz dos Santos e sua estagiária Alice Lampert.

Os dados de entrevistas realizadas pelo Prof. Dr. Eduardo Cardoso presentes em sua tese, que complementam minha análise, se deram da seguinte forma: “As atividades ocorreram em duas visitas com pessoas com deficiência visual, a primeira no dia 18 de maio de 2015 e a segunda no dia 10 de junho de 2015. As visitas tiveram

<sup>38</sup> O roteiro de perguntas das entrevistas encontra-se no Apêndice C.

<sup>39</sup> Apêndice D - Termo de Autorização de Imagem.

duração de uma hora e meia em média [...]” (CARDOSO, 2016, p. 208). Oito pessoas participaram no total, sendo três na primeira e as demais na segunda.

Figura 8 - Quadro com perfil dos entrevistados

Participante	Sexo	Idade	Escolaridade	Caracterização da deficiência
A	Masculino	28	Superior completo	Cego após a infância/juventude
B	Feminino	52	Superior completo	Cega após a infância
C	Feminino	35	Superior completo	Cega após a infância/juventude
D	Feminino	22	EJA	Cega de nascença
E	Masculino	39	Superior completo	Cego após a juventude
F	Masculino	35	Superior incompleto	Baixa visão após a infância
G	Masculino	42	Superior completo	Cego após a infância/juventude
H	Masculino	48	Superior completo	Cego após de nascença

Fonte: CARDOSO, 2016, p. 208.

O Setor de Acessibilidade da Instituição, segue junto a esta exposição, criando estratégias para as PcD terem oportunidades de acesso, proporcionando sua inclusão, as quais irei explorar ao longo deste capítulo. A exposição de longa duração *O Solar que virou Museu: memórias e histórias* vem desde 2012 viabilizando através de seus textos expositivos, imagens, objetos históricos e artefatos arqueológicos, o conhecimento ao público sobre a história do Solar, desde sua origem até o processo de preservação e estabelecimento do MJJF, além de contexto histórico sobre a cidade de Porto Alegre e sociedade. A exposição é subdividida em três eixos temáticos: I. A família Gonçalves Bastos no Solar (1845-1945); II. Novos atores sociais no Solar e o movimento preservacionista (1946-1979) e III. A recuperação do Solar e as novas perspectivas, com circuito fechado e dirigido, da esquerda para a direita, com ordem cronológica dos fatos. Esta sala expositiva é a primeira ao se entrar no Museu pela escada lateral, e suas janelas dão vista para o jardim à frente do Museu.

Figura 9 - Imagem panorâmica da sala expositiva 1



Foto: Acervo Pessoal, 2018.

Logo ao se entrar na sala, pode se contar com ajuda de recepcionista, a qual se encontra em uma mesa à direita do recinto, a funcionária está apta ao atendimento de PcD, porém não realiza mediações, e após identificação de público com deficiência, irá providenciar junto de mediadores ou equipe de servidores do Museu, os recursos acessíveis disponíveis para a exposição, pois eles não se encontram na sala expositiva, mas na sala do Setor de Acessibilidade. Cabe ressaltar também que, segundo entrevista com Márcia Beatriz dos Santos (2018), todos os estagiários e servidores do Museu estão aptos para atendimento ao público com deficiência, bem como todos também realizam mediações, eliminando-se assim as barreiras atitudinais, que muitas vezes acabam sendo um dos motivos que afastam o público, e promovendo a inclusão deste público dando-lhes o direito de se reconhecerem pertencentes à esse espaço. Para tanto, trago opinião de um dos visitantes entrevistados durante uma visita, “O atendimento foi maravilhoso... [...] me senti muito bem, bem confortada. Chegar assim e ser bem recebido é muito importante (Participante A)” (CARDOSO, 2016, p. 212).

Ao se visitar a exposição individualmente ou em grupos há diferenças, pois no momento o Museu disponibiliza apenas sete *pentops*, portanto em uma visita individual, o visitante utiliza a *pentop* no modo fechado, com fones de ouvido, e em uma visita com um grupo superior a seis pessoas, utiliza-se a *pentop* no modo aberto, direto do alto-falante da caneta, ou seja, uma estratégia utilizada pela Instituição para poder permitir amplo acesso de todos do grupo à exposição. Essa alternativa também pode ser considerada como uma estratégia de comunicação, pois segundo Cury (2005a)

apud Tojal (2015) é uma forma de oferecer a todos os públicos condições para que possam decodificar os conteúdos e significados presentes na exposição, pois não priva o público da experiência e fruição da visita. Contudo na forma coletiva, obriga que todos sigam o mesmo circuito, fazendo com que os indivíduos não tenham total liberdade sobre o trajeto que desejam seguir. Um dos entrevistados por Cardoso (2016) reclama justamente sobre a necessidade de alguém que os oriente e conduza-os pelo espaço, o que limita sua experiência e autonomia. Todavia as Participantes 1, 2 e 3, as quais acompanhei na visita no mês de outubro de 2018, não quiseram realizar a visitação de forma individual, ou seja, cada uma com sua *pentop* e fone de ouvido, todas falaram que queriam mediação e, portanto, a presença da mediadora Alice Lampert se fez imprescindível. Porém mesmo que as participantes não quisessem o auxílio da mediadora, o fato de se ter mais de uma pessoa no espaço implica na necessidade da figura do mesmo, pois apesar do audioguia informar a localização das etiquetas e dar coordenadas sobre direções e passos que o visitante deve dar, o espaço fica pequeno com a presença de muitas pessoas fazendo com que se esbarrem e interfiram na fruição de visita do outro visitante.

“Eu gosto sempre de ter o auxílio da mediação que tá disponível ali, sempre ter uma pessoa, porque a gente sempre vai ter alguma coisa para perguntar” (Participante 1). Ainda segundo Cury (2005b), sobre a exposição como meio de comunicação e a comunicação museológica, considera que a mediação está ligada diretamente a estes conceitos, pois a partir dela pode-se ampliar o diálogo e a participação do público, com o objeto cultural, por exemplo, porém a exposição, juntamente de seus elementos expositivos, deve bastar-se para transmitir ao público a mensagem que pretende, conforme referenciado a partir da autora Angela Blanco (2009).

É significativo destacar que ao longo do circuito expositivo existem sete etiquetas sonoras codificadas para a *pentop*, dispostas nos painéis e maquete tátil, todas com braille para possibilitar a identificação de PcD visual. A Figura 10 é um desenho esquematizado, onde é possível observar os pontos em vermelho indicando o local onde se encontram as etiquetas.

Figura 10 - Imagem da Sala Expositiva O Solar que Virou Museu: memórias e histórias, com esquema das etiquetas codificadas para *Pentop*



Fonte: Autora, 2018.

Como pode ser observado na imagem, há painéis que não possuem as etiquetas sonoras, apesar da *pentop* conter a AD, o que pode ser identificado como uma possível falha da comunicação museológica, pois a compreensão da mensagem que é transmitida ao público através das exposições é operada não apenas pela linguagem dos objetos, mas também se efetiva na interação com o público, fazendo-se necessária a figura do mediador para guiar o público com deficiência visual. Além disso, nessa parte da exposição os visitantes não possuem autonomia, tendo que, ou ouvir a AD na ordem exata em que é disponibilizada ou ir passando as faixas pelos botões da *pentop*, porém independente da opção que escolherem deverão ser auxiliados pelos mediadores.

Apesar do circuito ser fechado e dirigido, o visitante não precisa seguir a ordem estipulada, pois ao encostar a *pentop* na etiqueta codificada será reproduzida a audiodescrição criptografada naquela etiqueta em específico, permitindo que o visitante tenha liberdade de escolher qual gostaria de ouvir. Para ouvir a próxima audiodescrição basta encostar a *pentop* na próxima etiqueta, sem ser necessário aguardar a *pentop* terminar um áudio para ouvir o próximo. Nas faixas iniciais do audioguia/*Pentop* é

explicado a posição que as etiquetas se encontram, sempre próximas a altura da cintura, para auxiliar a localização pelos visitantes, conforme pode ser observado na Figura 11 abaixo.

Figura 11 - Imagem de visitante segurando o audioguia/*Pentop*, e na altura de sua cintura pode-se observar a etiqueta codificada



Foto: Acervo Pessoal, 2018.

Figura 12 - Imagem de visitante encostando a *pentop* em etiqueta codificada



Foto: Acervo Pessoal, 2018.

O fato das etiquetas serem disponibilizadas apenas por uma empresa de São Paulo, faz com que o Museu esteja a mercê dessa dependência para a exposição estar sempre acessível, bem como sua manutenção, fato que pode ser observado, pois duas etiquetas não estão funcionando devido a degradação. Cabe ressaltar também, o fato de que uma *pentop* não está funcionando, sendo necessário seu envio para a empresa de São Paulo realizar diagnóstico do problema, para então orçar o valor necessário para conserto, e por fim o MJJF ver disponibilidade financeira para este serviço, o que resulta em longos períodos sem o equipamento.

Figura 13 - Imagem das participantes tocando a maquete e ouvindo o audioguia/*Pentop*



Foto: Acervo Pessoal, 2018.

A maquete tátil, como pode ser observada na figura acima (Figura 13), está localizada em uma mesa no centro da sala expositiva, nela encontra-se a primeira etiqueta sonora codificada da *pentop*. Os visitantes entrevistados por Eduardo Cardoso em 2015 registraram suas impressões da seguinte forma:

Consegui perceber todos os detalhes das maquetes no museu: a magnólia, as bandeiras dos vidros, os degraus dos detalhes... não pego o todos, mas cada parte por completo para chegar ao todo (Participante B).

[...] E a AD faz o papel inverso, de informar do todo para a parte, complementando a percepção que temos com o tato (Participante E).

[...] O que mais me emocionou foi tocar a maquete de um lugar onde eu estava dentro. Foi tocar a maquete e ao mesmo tempo estar dentro do Solar (Participante G) (CARDOSO, 2016, p. 211).

Pode-se observar nos trechos de depoimentos dos visitantes com deficiência visual o quanto o toque complementa a experiência dessas pessoas, para Amanda Tojal (2014) a percepção multissensorial é uma parte intrínseca da comunicação museológica, que privilegia a compreensão a partir dos estímulos provenientes dos objetos e dos sentidos, sendo que nesse caso mais específico de PcD visual, a ênfase

da recepção está vinculada à fruição do objeto cultural, a partir de todos os canais sensoriais além do visual, como o tátil, auditivo e olfativo.

Segundo Eduardo Cardoso (2016) a pessoa que enxerga estabelece uma comunicação visual desde o seu nascimento, sendo estimulada a através do olhar, construir imagens e perceber o mundo ao seu redor, compondo e criando conceitos e informações a partir de suas percepções. Já a pessoa PcD visual por não receber nenhum estímulo visual (não se trata de incapacidade de reagir, mas de ausência de outros estímulos), acaba criando suas imagens mentais, sendo que estas são diferentes para cada PcD visual, pois são formadas a partir das experiências e vivências de cada um. O autor ainda afirma que as PcD visual não recebem maior quantidade de estímulos auditivos que as videntes, apenas o desenvolvimento de suas capacidades sensoriais torna-se cada vez melhor devido a sua maior utilização, potencializando essa função sensorial. O autor respaldado por Fuentes (2008) destaca que: “Considera-se assim a relação da audição com outras modalidades sensoriais pela função de associação, estabelecendo correspondências entre o estímulo sonoro e as outras informações já armazenadas” (FUENTES, 2008 apud CARDOSO, 2016, p. 103). Da mesma forma, o tato não se limita ao uso das mãos, mas “é composto por impressões, sensações e vibrações que pressupõem a atividade cerebral para percepção das semelhanças e diferenças entre os objetos, suas classificações e a retenção das imagens criadas na memória” (PEREIRA; VEIGA, 2009, apud CARDOSO, 2016, p. 94). É importante compreender que este processo de criação de imagens e representações mentais se desenvolve de forma diferente para cada pessoa devido às experiências e vivências de cada um.

Ainda segundo Cardoso (2016, p. 95) usando-se conjuntamente, elementos táteis e sonoros, é possível se estabelecer narrativas que guiem o visitante, de maneira lógica e ordenada, para melhor compreensão da narrativa e do discurso presentes na exposição, embora não representem com exatidão como uma imagem visual é, esse conjunto permite sua melhor compreensão e fruição. Para elucidar essa questão trago as peças disponíveis para toque, as quais são réplicas e objetos originais de duas vitrines que compõem a exposição, nas quais se encontram objetos arqueológicos, investigados pelo Setor de Arqueologia no perímetro do terreno do Museu, e objetos

históricos do acervo. Abaixo, Figura 14, pode-se observar visitantes tocando nos objetos durante a visita que acompanhei em outubro de 2018.

**Figura 14 - Imagem das participantes tocando os objetos do acervo e réplicas**



Foto: Acervo Pessoal, 2018.

Esses objetos táteis são apenas parte dos objetos que estão expostos nas vitrines, o que torna parcialmente acessível a fruição dos visitantes com deficiência visual, pois a audiodescrição é completa descrevendo todos os objetos expostos, ocasionando em uma falha da comunicação museológica da exposição. Isso também é citado por um dos entrevistados de Cardoso (2016) como um ponto negativo, o qual frisou os seguintes apontamentos:

A falta de informação sobre os recursos disponibilizados (A, B);  
Ter acesso apenas à uma parte do acervo (A);  
Ter acesso a recursos táteis, mas não permitir o mesmo acesso a pessoas videntes, inviabilizando assim o diálogo com igualdade com demais visitantes ou acompanhantes (A) (CARDOSO, 2016, p. 191)

Permitir que apenas uma parcela do público tenha acesso aos recursos expositivos também pode ser considerada como uma ruptura no que diz respeito à inclusão, conduzindo-se para uma configuração excludente, limitando a ampla e autônoma experiência de uma parcela dos visitantes, mesmo que seja do público sem deficiência, o qual não depende desses recursos acessíveis para a compreensão da exposição, porém a possibilidade de usufruir permite que a experiência seja mais enriquecedora. Não é negado o toque caso algum visitante solicite tocar as réplicas e objetos disponíveis, entretanto pelo fato deles não estarem presentes no espaço expositivo e muitos visitantes não conhecerem sua existência, isso limita o número de indivíduos com acesso a esses recursos. Para elucidar essa questão, trago uma citação do Instituto Português de Museus (2004), que menciona que a disponibilidade dos recursos não deve ser algo inusitado, ou apenas para a visita do público com deficiência, bem como, traz novamente a questão a respeito da autonomia, “Os espaços e equipamentos para o uso público devem estar sempre disponíveis, independentemente dos dias da semana ou da presença de um determinado funcionário” (INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, 2004, p. 22).

Abaixo trago imagens de parte dos objetos históricos e fragmentos arqueológicos que estão nas vitrines, sendo grande parte semelhante aos que estão disponíveis para o toque. Segundo Zubaran (2015), em 2012 quando se iniciaram as ações educativas que permitiam o toque dos objetos, as peças disponíveis eram “[...] cachimbo de escravo, uma chave do Solar, um cortador manual de Bolacha Maria, uma escarradeira, uma máquina fotográfica e um mata borrão” (ZUBARAN, 2015, p. 206). Na visita em que acompanhei, em outubro deste ano, as peças disponibilizadas foram: parte de cachimbo de escravo, chave do Solar, escarradeira, máquina fotográfica, cabeça de boneca e escova de dentes, conforme pode ser visto na Figura 14 em que as visitantes estão tocando nos objetos.

Figura 15 - Imagem de vitrine com objetos



Foto: Acervo Pessoal, 2018.

Figura 16 - Imagem de peças em vitrine



Figura 17 - Imagem de peças em vitrine



Fotos: Acervo Pessoal, 2018.

Abaixo trago outras menções dos entrevistados para complementar a ideia do audioguia/*Pentop* e da AD em relação às peças. A alusão é feita sobre a réplica do

objeto cabeça de boneca de porcelana encontrada em uma das vitrines (Figura 16), e abaixo na Figura 18 pode-se observar uma visitante tocando a peça.

Gostei bastante da audiodescrição... fiquei encantada, parada na frente ouvindo o texto. Uma voz clara dos audiodescritores (Participante B)  
O meu encantamento foi a cabecinha da boneca. A audiodescrição não me deu a dimensão dessa cabeça. Uma cabecinha pode ter qualquer tamanho, mas quando toquei... eu não acreditei que fosse tão pequena, tão delicada... e os cabelos... não sei porque... na minha mente construí de fio de nylon, mas tocando percebi como era. A Pen Top eu já conhecia, mas é super interessante essa questão de tu estar visitando o espaço e não sentada, parada, apenas ouvindo alheio ao museu e às peças. Todos os detalhes eram perceptíveis... a boquinha, o narizinho... tudo... me provocou um carinho... sabe... me tocou no sensível (Participante C) (CARDOSO, 2016, p. 209).

**Figura 18 - Imagem de visitante tocando réplica de objeto**

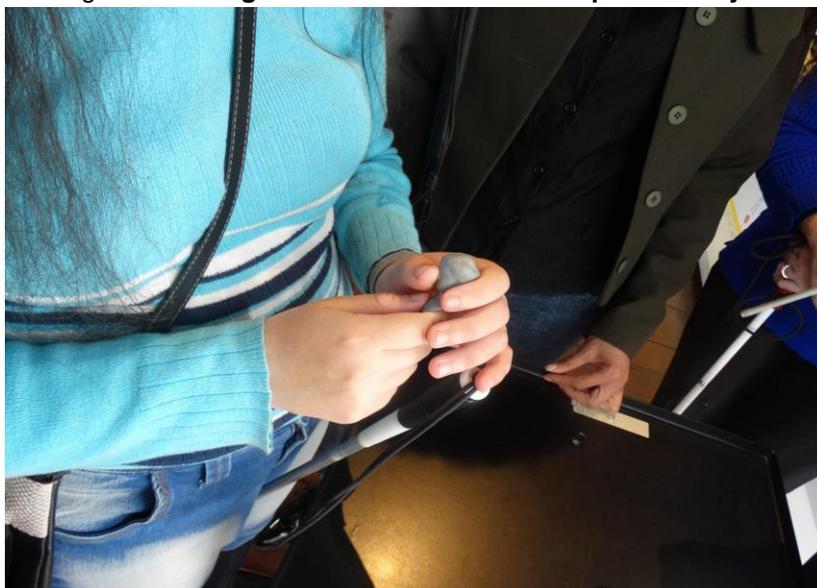


Foto: Acervo Pessoal, 2018.

Na visitação em que eu observei, na hora da audiodescrição da primeira vitrine com objetos, Marcia Beatriz dos Santos e a mediadora Alice Lampert, fizeram uma espécie de jogo de adivinhação com as participantes, pedindo que elas tocassem os objetos dispostos em cima de uma mesa colocada para este objetivo na exposição, e falassem o que acreditavam ser aqueles objetos, após isso foi apresentada suas descrições. Essa forma de mediação dialógica pode ser considerada uma estratégia utilizada para não deixar a visitação cansativa, pois os áudios acabam sendo muito

extensos devido a densidade de conteúdo na exposição. Ou ainda, como afirma Cury (2005b), essa ação pode ser considerada uma estratégia que amplia a comunicação museológica, pois fortalece a interação do público, e não limitando a comunicação da exposição. Sobre esse aspecto de abordagem da mediação, as visitantes destacaram os seguintes aspectos:

Ah eu adoro essa parte de adivinhação dos objetos, é minha parte preferida da exposição. (Participante 1)

Eu gostei muito de tocar, porque não são todos os museus que deixam a gente tocar. Não vou esquecer do tamanho da chave e da fechadura; da bonequinha de porcelana, a qual eu nunca tinha tocado, só toquei naquelas de tecido mesmo; e a escarradeira também, achei bonito o jeito, e é muito bonito pro serviço dela. (Participante 3)

Novamente, trago uma menção do Instituto Português de Museus (2004) que menciona que “O visitante deve-se sentir bem-vindo em qualquer altura, e não estar sujeito a um serviço que lhe é disponibilizado extraordinariamente” (INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, 2004, p. 22), para elucidar que, apesar das peças táteis não estarem sempre a disposição na exposição, cessando a acessibilidade e inclusão, e concomitantemente a autonomia do visitante, compreendo que esta ação opera muito bem quando realizada como uma estratégia de mediação durante visitas guiadas, as quais demandam maior tempo, portanto promovendo a comunicação museológica. Tojal (2007) aponta, referente ao mencionado acima pelo IPM, que pessoas com deficiências auditivas e mentais preferem realizar visitas orientadas por educadores, pois ao realizarem a visita com profissionais para mediação as informações e dúvidas ocorrem simultaneamente a visita, tendo maior troca de conhecimento, e na mesma ocasião proporcionando um momento de convívio social e lazer, o que corrobora com a opinião das participantes entrevistadas por mim.

No que se refere aos áudios, tanto entrevistados por Cardoso (2016) quanto os realizados pelo presente estudo (2018), reclamaram sobre a extensão das faixas com audiodescrição, tornando um pouco maçante a visita, e sugerindo que as faixas sejam mais compartimentadas. Em entrevista que realizei com o Prof. Eduardo Cardoso (2018), ele também menciona isso como algo que pode ser modificado, colocando um ponto muito importante em questão, que a exposição possui muitos elementos

expográficos, como textos e imagens, portanto a AD apenas cumpre seu papel traduzindo todos esses elementos.

A Exposição tem muitos painéis e textos... assim, ao gravar todas as locuções desses textos mais as ADs, fica muito conteúdo... tendo mais de 1h e 20min de duração (só de áudio). Desse modo, a exposição pode ficar um pouco cansativa. Não sei se teria como mudar a AD, pois cumpre muito bem o seu papel, mas talvez tivesse que repensar a dinâmica na sala. Com a Pen Top, como é hoje, o visitante já não precisa mais ouvir todo o áudio, assim torna a experiência mais livre e agradável. (CARDOSO, 2018, p. 2, doc. eletr.).

Segundo Márcia Beatriz dos Santos (2018b) isso também foi apontado como um ponto negativo, e algo a ser mudado, pois as AD estão divididas por painéis, algumas possuem subdivisão, mas outras não, como por exemplo, no caso das vitrines, onde há a AD de todos os objetos expostos em apenas uma única faixa, se o visitante quiser voltar para a AD de um dos objetos já ouvidos terá que reproduzir novamente toda a faixa com a AD de todos os objetos. Podendo-se perceber falha na autonomia do visitante, que fica preso a esta impossibilidade do dispositivo.

Ainda, de acordo com Márcia Beatriz dos Santos (2018a), planos para novas AD já começaram a ser pensados, porém é algo que não ocorrerá tão breve devido aos recursos financeiros escassos. Apesar disso um visitante comentou que as vozes são calmas, tranquilas e fazem pausas, além de intercalar vozes femininas e masculinas, o que facilita na compreensão.

O bom seria poder, em cada faixa de som, poder ter um grupo de faixas menores, segundo os parágrafos do texto, por exemplo, para ter liberdade de escolha para poder ouvir ou não determinada informação. Ter o direito de escolher, ter mais autonomia! Assim pode tornar mais dinâmica a interação com o conteúdo (Participante F) (CARDOSO, 2016, p. 210).

Refletindo sobre o uso de TA na exposição, alguns entrevistados por Cardoso (2016) relataram que em outros espaços desfrutaram de uma autonomia parcial, pois, por não possuírem audioguia, necessitavam de auxílio de mediador para orientar no deslocamento, o que em alguns casos pode tornar a visita mais rica, dependendo do diálogo que se estabelece com este educador, conforme já sobredito segundo Cury (2005b), que menciona que a mediação está ligada diretamente a comunicação museológica, pois amplia o diálogo e a participação do visitante à exposição. No caso

do MJJF, grupos de visitantes ao terem que ouvir a AD no modo aberto da *pentop* (som pelo alto-falante e não cada um com seu fone de ouvido) faz com que necessitem do auxílio do mediador, os visitantes entrevistados por Eduardo Cardoso (2016) segundo este fator, mencionaram a falta de autonomia pela necessidade de profissional que os guiasse dentro do circuito expositivo. Com piso podotátil também se sentem mais autônomos, o que não ocorre no MJJF pelo fato do mesmo não possuir este recurso. Porém, o audioguia/*Pentop* orienta, com pontos importantes e a como se locomover dentro do espaço expositivo, deixando os visitantes livres para explorar o ambiente, mesmo que de modo um pouco mais linear e sequencial quando em visitas individuais.

Quando se tem um conjunto de recursos como os do museu, matrizes táteis mais o trabalho da *pentop*, é um trabalho que nos oferece a condição de estarmos em par de igualdade com quem está vendo, do ponto de vista da percepção e isso faz toda a diferença. (...) E isso é um ganho muito grande para todos e que nos completa como cidadãos, pois a cidadania é ter acesso total e irrestrito sem nenhum tipo de distinção (Participante E)

[...] Depois de encontrar o primeiro botão (legenda) e entender como encontrá-lo, ficou fácil... eu já estava me sentindo... fazendo tudo sozinha... foi fácil de se orientar porque a audiodescrição até informava como se mover... de três passos para o lado... eu nem peguei a bengala. Ouvindo o áudio e tocando os objetos a gente reconhece tudo. Ouvindo aquele áudio era como se estivesse ouvindo um professor de história e imaginando... viajando... e quando a gente pega nas peças tudo se torna mais real. Eu já vim aqui no museu sem esses recursos, com a Márcia explicando tudo é claro, mas hoje eu tive uma outra leitura de tudo (Participante B)

[..] Facilidade no manuseio dos equipamentos, para poder fazer isso sem ajuda de alguém - autonomia no uso. E fazer de forma simples e intuitiva (Participante D) (CARDOSO, 2016, p. 209-210).

Contudo, após analisar os diferentes pontos de vista registrados em momentos distintos (2016 e 2018), é possível perceber a unanimidade entre as opiniões dos entrevistados quanto à utilização do audioguia/*Pentop* para a promoção de sua autonomia.

Ela é uma caneta informativa, eu achei muito interessante porque ela vai falando por tópicos, é como um audiolivro, que vai capítulo por capítulo, e eu achei muito interessante porque ainda não conhecia. É excelente mesmo. É fácil de usar (Participante 3).

Eu acho que pra instituições ela é boa, tipo pra escola, mas o ruim é que ela não pode ser mudada, tem que ser aquilo ali, por exemplo a exposição vai ficar ali por um bom tempo né, ela não vai ser mudada e algumas coisas, ambientes são mudados com muita frequência (Participante 2).

Eu acho muito interessante, primeiramente por ser em um museu, porque hoje em dia, agora ta voltando um pouco eu to percebendo isso, mas uns tempos atrás as pessoas não tinham mais interesse em visitar museu, e todos, eu digo agora falo por todos né, são a nossa história, o nosso passado, e algumas coisas ali também a gente vai ter como entender coisas que estão acontecendo agora, são coisas muito valiosas e importantes de todas as pessoas terem acesso, isso é o que ficou diferencial aqui, porque foi em Porto Alegre, em um museu, em um museu histórico, em um museu bem localizado pela facilidade de chegar [...] uma coisa vai agregando a outra [...] a iniciativa deles (MJJF) foi maravilhosa, e eu espero que eles continuem daí pra frente porque tudo vai se aperfeiçoando, eu espero que eles não tenham parado por ai (Participante 1)  
Além de se aperfeiçoar, mostrar, ser modelo pros outros museus, porque como tem objetos aqui que a gente não pode tocar, nenhuma pessoa na verdade pode tocar, fazer réplicas, e tem museus que a gente não pode tocar e não tem réplica, não tem nada, e não tem pentop (Participante 2)

Após a visitação que acompanhei (2018) juntamente da Coordenadora do Setor de Acessibilidade Marcia Beatriz dos Santos, realizei entrevista com as Participantes 1, 2 e 3, as quais todas mencionaram a importância do mediador, e que em visitas futuras ao Museu, mesmo conhecendo o audioguia/*Pentop*, não fariam a visitação sem a figura deste profissional, pois sempre ficam dúvidas no momento da visita e ele é capaz de saná-las no mesmo instante, compreendendo que a falta deste profissional não lhes dá autonomia. Entretanto, é compreensível a associação do mediador quanto à questão da autonomia acima citada justamente porque a presença desse profissional ocorre em virtude de a exposição estar parcialmente funcionando como um meio de comunicação, e, por isso, necessita do mediador para complementar os elementos expográficos e a narrativa da exposição.

As mediações, e nesse caso podemos entender também a adivinhação dos objetos, fazem parte da comunicação museológica, sendo muitas vezes as melhores soluções de acessibilidade encontradas pelas instituições para atender ao público com deficiência pois, como podemos observar, a partir da opinião de uma das entrevistadas e de Tojal (2015), essas ações têm grande aceitação por parte do público com deficiência, permitindo através de estratégias de acessibilidade a promoção de sua inclusão e, democratizando seu acesso ao patrimônio cultural, apesar de não permitirem sua ampla autonomia. Entende-se que as pessoas são diferentes entre si, e que as opiniões nem sempre irão convergir, porém a configuração atual do MJJF demonstra lacunas para ampla promoção da autonomia ao público com deficiência à exposição, sendo necessário refletir sobre novas configurações, e permitindo assim

também, que a exposição seja um meio de comunicação por si só, suscitando diferentes estratégias de comunicação museológica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou conhecer e problematizar o uso do audioguia/*Pentop* como TA para promoção de inclusão de PcD visual em uma instituição museológica na cidade de Porto Alegre/RS. Nessa perspectiva, para o desenvolvimento desta pesquisa, foi necessário realizar determinados procedimentos metodológicos, tais como entrevistas e observações *in loco*, com o uso da análise documental para problematizar esses registros e de outros documentos, como a legislação brasileira e produções bibliográficas especializadas sobre o tema. Além da utilização do audioguia/*Pentop* como objeto de estudo em um processo empírico de conhecimento e observação, para melhor compreensão dele em relação à exposição e com os visitantes, mais especificamente as PcD visual, público alvo desta pesquisa, interligando-o aos conceitos específicos da área.

É significativo destacar que os conceitos de acessibilidade, inclusão, autonomia, exposição como meio de comunicação e comunicação museológica dialogam entre si e perpassam pelo trabalho, interligando-os a proposta de pensar como uma tecnologia assistiva pode funcionar também como uma estratégia comunicacional. Através deles e do que foi proposto, foi possível identificar diferentes perspectivas na exposição analisada, *O Solar que virou Museu: memórias e histórias* elaborada pelo Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo no ano de 2012, pensando sob o viés da exposição como um dos mais importantes meios de comunicação da instituição. Nesse contexto o audioguia/*Pentop* inclui-se na comunicação como uma possível estratégia comunicacional utilizada pelo Museu para a promoção de inclusão e acessibilidade, conectando-o com os diferentes tipos públicos.

Compreendeu-se que a autonomia total e irrestrita dos públicos com deficiência, tanto em seu espaço físico quanto na exposição analisada, não ocorre, respondendo assim meu problema de pesquisa, se o audioguia/*Pentop* estava possibilitando a autonomia ao público com deficiência visual na referida exposição analisada. Entretanto não há dúvida do mérito do MJJF em ser considerado um dos pioneiros em instituições museológicas com acessibilidade em Porto Alegre e preocupação na

inclusão social dos mais variados públicos, respondendo assim ao meu objetivo geral de pesquisa.

Não entrarei na questão da AD por não ser da área e por não possuir formação específica para tratar sobre essa tecnologia assistiva, porém foi possível observar ao longo deste trabalho algumas lacunas e dificuldades, mencionadas pelos visitantes, referentes a este recurso, o que demonstra que é necessário refletir sobre novas configurações e novas estratégias de comunicação com o público. Felizmente a instituição já compreende essa situação e projetos para melhorias estão sendo pensados a longo prazo, pois houveram cortes de verbas significativos para a atual gestão. Todavia, nota-se que há essa preocupação em aprimorar a questão da audiodescrição. Por conseguinte, compreende-se que se melhorias serão realizadas na audiodescrição, o audioguia conseqüentemente poderá ser aperfeiçoado.

Sobre o audioguia/*Pentop* é possível destacar que ele cumpre parcialmente seu papel quando utilizado como estratégia comunicacional, pois outras estratégias são utilizadas pelo Museu para possibilitar a fruição do público com deficiência visual à exposição, tais como o auxílio de mediador, atividades educativas específicas, como o momento de adivinhação das peças táteis, no qual apesar de existir audiodescrição de todas as peças presentes na exposição, não são todas que podem ser tocadas ou possuem réplicas, como, por exemplo, pratos de porcelana e relógio de bolso.

Apesar de compreender que autonomia é o direito de escolha e livre arbítrio sem que haja interferência ou influência de outros, subentende-se também que sem acessibilidade, no Museu, por exemplo, as PcD não podem usufruir do espaço expositivo como qualquer outro visitante, necessitando de outros recursos que o conduzam, como no caso desta pesquisa, a obrigatoriedade do auxílio da mediação. Perante essa situação, é possível perceber dualidade entre os visitantes entrevistados com deficiência visual quanto ao consenso sobre se ter ou não a figura do mediador durante a visita, alguns indicaram que apesar das falhas do audioguia ele bastaria para conduzi-las, mesmo diante desta condição consideram positiva a figura do mediador durante toda a visita. Por outro lado, outros entrevistados entendem que sua autonomia está sendo interrompida por necessitarem deste profissional para complementarem sua experiência de visita à exposição. Fator que reflete em uma

discordância entre os visitantes sobre a autonomia promovida no espaço analisado. O que pode ser observado também como uma fragilidade da pesquisa, é o fato de que, apesar de ter observado visita mediada juntamente da Coordenadora do Setor de Acessibilidade Marcia Beatriz dos Santos e sua estagiária Alice Lampert com PcD visual e após ao final da visita entrevista-las, os dados foram muito incipientes para serem analisados isolados e, portanto, houve a necessidade de utilizar os dados de entrevistas realizadas por Cardoso (2016).

Nota-se, em função das análises e reflexões feitas durante o desenvolvimento desta pesquisa, a necessidade de reformulação da configuração atual do audioguia/*Pentop* do MJJF, pois ele demonstra lacunas para ampla promoção de autonomia ao público com deficiência, em específico o público com deficiência visual foco deste trabalho, sendo relevante refletir sobre novas estratégias comunicacionais que auxiliem na acessibilidade para promoção e inclusão desse público em específico.

Por certo que as dificuldades que foram apontadas e problematizadas ao longo da pesquisa representam obstáculos para concretização da ampla promoção de autonomia, inclusão e acessibilidade. Todavia, a busca de superação e construção de um ambiente que integre esses conceitos também tem correspondido à história do MJJF, como pôde ser constatado através dos diversos projetos e ações concebidos pela instituição para que o público com deficiência possa frequentar seus espaços, e se sentir pertencente e acolhida.

É importante compreender que nada do que se expôs valerá se não for considerada a importância de fatores atitudinais para a promoção da inclusão social, bem como a superação de obstáculos identificados para se fazer uma comunicação museológica acessível. Na verdade, por essa razão é que se fala na necessidade de postura inclusiva, como diria Tojal (2007), de todos os atores envolvidos no processo, como indicado no decorrer do desenvolvimento dessa monografia, esses fatores atitudinais complementam aqueles que podem ser considerados falhos na comunicação, em específico, na exposição. É importante retomar a ideia de que uma estratégia comunicacional, particularmente aquela que tenha por objetivo a inclusão social, somente se viabiliza a partir da articulação das diferentes formas de comunicação museológica existentes na exposição. Afinal, como já se afirmou, é por

meio destes recursos que a instituição será entendida pelo público e cumprirá sua missão social, afinal a exposição é um dos principais meios de comunicação dos museus.

Cabe salientar que a proposta para este trabalho era de analisar unicamente o audioguia na exposição *O Solar que virou Museu: memórias e histórias*, e que apesar de ter sido realizada a análise neste espaço expositivo, compreendo que para se entender a questão da autonomia amplamente, bem como da acessibilidade e inclusão do Museu, deve-se analisar também as novas audiodescrições incluídas pelo Prof. Dr. Eduardo Cardoso. As audiodescrições desenvolvidas por Cardoso juntamente de novas peças táteis e recursos assistivos, foram concebidas para a exposição de longa duração *Transformações Urbanas: Porto Alegre de Montauray a Loureiro* do Museu, complementando as já existentes no audioguia/*Pentop* da instituição e apresentam, além de novas informações, elementos importantes referentes ao espaço físico e as etiquetas sonoras.

Ações educativas e outras propostas vêm sendo desenvolvidas pelo MJJF para que a inclusão, não apenas de PcD, como também de outros públicos antes excluídos, como idosos, povos de diferentes etnias, pessoas com baixa renda, moradores de rua, entre outros, antes impossibilitados de participarem das esferas públicas devido a suas 'restrições', impostas por parte da sociedade, vêm ocorrendo gradativamente, de maneira a se ampliar futuramente pesquisas referentes à inclusão, autonomia e acessibilidade irrestritas nesse espaço. Pois a questão da acessibilidade no Museu é muito ampla abrindo novas possibilidades de estudos sobre o referido assunto. Vale lembrar que o recurso assistivo, audioguia/*Pentop*, também pode ser utilizado como uma estratégia comunicacional não apenas para PcD, mas também para outros públicos, como, por exemplo idosos, pela sua facilidade de manuseio, acesso e possibilidade de melhor compreensão do conteúdo exposto.

Por fim, reitero a importância do MJJF em se tornar uma instituição museológica acessível e inclusiva em Porto Alegre, no entanto a partir das análises e reflexões feitas durante o desenvolvimento desta pesquisa, percebo ainda a falta da ampla autonomia para o público com deficiência a partir do audioguia/*Pentop*, objeto de estudo, bem como da exposição analisada na qual o audioguia/*Pentop* está inserido. Além disso,

percebe-se a necessidade de reformulações da configuração atual do audioguia, bem como a necessidade de refletir sobre novas estratégias comunicacionais que promovam a autonomia, proporcionando maior acessibilidade e inclusão.

## REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_gen erico\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_gen erico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf)>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

ATOLINI, Thanise Guerini. Oficina de Acessibilidade Conhecendo Porto Alegre através dos sentidos: Educação Patrimonial no Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de; CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino; QUEVEDO, Éverton Reis; BARROSO, Véra Lucia Maciel; SOUZA, Renata Cássia Andreoni de. **Experimentações em lugares de memória: ações educativas e patrimônios**. Porto Alegre/RS: Selbach & autores associados, 2015, p. 335-348.

BLANCO, Angela G. Qué se emite. El mensaje expositivo. In: **La exposición, um medio de comunicación**. Madrid: Ediciones Akal, 2009, p.106-124.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, 2000a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm)>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, 2000b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-norma-actualizada-pl.html>>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm)>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

CARDOSO, Eduardo. **Design para Experiência Multissensorial em Museus: fruição de objetos culturais por pessoas com deficiência visual**, 2016, 590p. Tese (doutorado) - Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Design e Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/169663>>. Acesso em: 24 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Eduardo Cardoso** [Set. 2018]. Entrevistador: Lubianca Montagner Weber. Porto Alegre, 2018. 2p. doc. eletr.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação Museológica: uma Perspectiva Teórica e Metodológica de Recepção**. 2005a, 367p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. O campo da atuação da Museologia. In: **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005b, p.19-48.

\_\_\_\_\_. O sujeito do museu. **Musas**, Rio de Janeiro, 2009. n.4, p.86-97.

CUTY, Jeniffer. Apresentação. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (orgs). **Acessibilidade em ambientes culturais. Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marcavisual, 2014, p. 9-14.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Mediação. In:\_\_\_\_\_. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Armand Colin; Comitê Internacional para Museologia do ICOM; Comitê Nacional Português do ICOM, 2013. p. 52-54. Disponível em: <[http://icom.museum/fileadmin/user\\_upload/pdf/Key\\_Concepts\\_of\\_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia\\_pt.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf)>. Acesso em 19 jan. 2018.

FARIAS, Sandra Regina Rosa; NEVES, Josélia. Audiodescrição e Poética da linguagem cinematográfica. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (orgs). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marcavisual, 2014, p. 80-101.

FRANCO, Eliana. P. C.; SILVA, Manoela Cristina C. C. Audiodescrição: Breve Passeio Histórico. In: MOTTA, L.M.V. e ROMEU FILHO, P. (orgs). **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras**. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010. p. 23-43.

GALVÃO FILHO, Teófilo A. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). **Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade**. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, 2009. p. 207-235. Disponível em: <[www.galvaofilho.net/assistiva.pdf](http://www.galvaofilho.net/assistiva.pdf)>. Acesso em: 7 set. 2018.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (IPM). **Museus e Acessibilidade**. Coleção Temas de Museologia. Lisboa, 2004, p. 1-45. Disponível em: <[http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/acessibilidades/ipm\\_2004\\_museus\\_e\\_acessibilidade.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/acessibilidades/ipm_2004_museus_e_acessibilidade.pdf)>. Acesso em: 7 set. 2018.

KNUTH, Tamara Scheer. **Acessibilidade em museus no Rio Grande do Sul: análise do caso do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo**, 2012, 46p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), Bacharelado em Museologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2012.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 2010. p. 10-41.

MANUAL DO USUÁRIO PENTOP. 2014, 53p. Disponível em: <<http://www.pentop.com.br/t/Downloads>>. Acesso em 23 set. 2018.

MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM JOSÉ FELIZARDO. **Regimento Interno**, 2010. Disponível em: <<http://www.museudeportoalegre.com/wp-content/uploads/2018/07/Regimento-Interno-Museu-de-Porto-Alegre-Joaquim-Felizardo.pdf>>. Acesso em 8 de set. 2018.

\_\_\_\_\_. **O Solar que virou Museu: memórias e histórias**. Porto Alegre, 2011. [Exposição]

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, artigo 27, item 1. Documento disponível em: <[https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em 09 de set. de 2018.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: EST Edições, 2001, 144p.

SANTOS, Márcia Beatriz dos. **Acessibilidade em museus: o caso do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo**, 2011, 55p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Identidade, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, Rio Grande do Sul, 2011.

\_\_\_\_\_. **Márcia Beatriz dos Santos** [Set. 2018a]. Entrevistador: Lubianca Montagner Weber. Porto Alegre, 2018. 1 arquivo.m4a (56 min).

\_\_\_\_\_. **Márcia Beatriz dos Santos** [Out. 2018b]. Entrevistador: Lubianca Montagner Weber. Porto Alegre, 2018. 1 arquivo.m4a (31 min).

SANTOS, Laíse de Sousa. **Audiodescrição em Museus: a experiência em acessibilidade no Memorial dos Povos Indígenas**, 2014, 80p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas. Instituto de Letras, Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

SARRAF, Viviane Panelli. **Reabilitação do Museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade**, 2008, 180p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: Inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (orgs). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marcavisual, 2012, p. 60-80.

\_\_\_\_\_. Estratégias de comunicação e mediação sensoriais para todos os públicos. In: **Acessibilidade em espaços culturais: mediação e comunicação sensorial**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2015, p 53-85.

SILVA, Carlo Eduardo Galon da; ARISTIMUNHA, Claudia Porcellis; CARDOSO, Eduardo; FAGUNDES, Ligia Ketzer; LEITZKE, Maria Cristina Padilha. **Acessibilidade Cultural: A caixa Educativa no Museu da UFRGS**. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (orgs). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marcavisual, 2014, p. 50-63.

SILVA, Welington Ricardo Machado da. **Museu, Exposição e Cidade: O caso do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, Porto Alegre, RS**, 2015. 63p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Departamento da Ciência da Informação, Bacharelado em Museologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus**, 2007, 252p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Comunicação Museológica e Ação Educativa Inclusiva: Mudança de Paradigmas. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (orgs). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marcavisual, 2014, p. 14-33.

\_\_\_\_\_. Política de Acessibilidade Comunicacional em Museus: Para quê e Para quem?. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade** Vol.1, nº 7, Out. / Nov. de 2015. p. 190-202.

ZUBARAN, Maria Angélica. Os diferentes públicos do Museu e a experiência de educação patrimonial do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de; CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino; QUEVEDO, Éverton Reis; BARROSO, Véra Lucia Maciel; SOUZA, Renata Cássia Andreoni de. **Experimentações em lugares de memória: ações educativas e patrimônios**. Porto Alegre/RS: Selbach & autores associados, 2015, p. 198-215.

**APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM MÁRCIA BEATRIZ DOS  
SANTOS COORDENADORA DO SETOR DE ACESSIBILIDADE DO MUSEU DE  
PORTO ALEGRE JOAQUIM JOSÉ FELIZARDO**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Poderia falar um pouco sobre sua deficiência? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

1 - Em que ano ingressou no Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo?

2 - Quando se começou a pensar em um audioguia/*Pentop*?

3 - Quanto tempo levou todo processo de concepção audioguia/audiodescrição? E para sua execução?

4 - Houveram testes? Se sim, com PcD?

5 - Quantos profissionais trabalham nesse setor hoje e quantos trabalhavam na época de concepção do recurso?

6 - Em sua opinião, esse recurso acessível tem obtido êxito/cumprido seu papel com o público específico a que se destina (pessoa com deficiência visual)?

## APÊNDICE B - ENTREVISTA COM O PROF. DR. EDUARDO CARDOSO

Nome:  
Idade:  
Formação:  
Profissão:

1 - Como parte do desenvolvimento de sua tese, houve a produção de recursos acessíveis para a exposição *Transformações Urbanas: Porto Alegre de Montaury a Loureiro* do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (MJJF). Porquê sua escolha pelo MJJF para o desenvolvimento destes recursos?

2 - Em entrevista com Márcia Beatriz dos Santos, coordenadora do Setor de Acessibilidade do MJJF, ela mencionou que conheceu a pentop em uma visita ao Instituto Butantan em São Paulo e que gostou do sistema, na época o MJJF disponibilizava aparelhos mp3 como audioguia. Gostaria de saber como você conheceu a pentop?

3 - Porque a escolha da pentop como recurso de audioguia/*Pentop*? Porque não outros sistemas?

4 - As primeiras duas pentops introduzidas no MJJF foram após sua tese. Poderia me falar sobre os recursos financeiros para adquirir as pentops?

5 - Poderia me contar um pouco do processo de aquisição da pentop?

6 - Você acha que a pentop permite a visita das pessoas com deficiência visual com autonomia?

7 - O MJJF já possuía a audiodescrição da exposição *O Solar que virou Museu: memórias e histórias* quando iniciou as visitas para o desenvolvimento de sua tese. Nela, menciona que a primeira visita com pessoas com deficiência (PcD) foi introduzindo a pentop com a audiodescrição já existente no Museu. Poderia me falar como foi essa experiência?

8 - Você acha que a audiodescrição dessa exposição, *O Solar que virou Museu: memórias e histórias*, permite uma visita com autonomia das pessoas com deficiência visual?

9 - Teria algo que você mudaria na audiodescrição?

10 - Poderia me falar da experiência das visitas que realizou para o desenvolvimento de sua tese?

**APÊNDICE C - FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA COM VISITANTES**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Poderia falar um pouco sobre sua deficiência? \_\_\_\_\_

1 - Você já conhecia o recurso de audioguia/*Pentop* utilizado no MJJF? Se sim, poderia falar um pouco da sua experiência com ele? \_\_\_\_\_

2 - O que você achou do recurso acessível audioguia/*Pentop* na visitação da exposição?

\_\_\_\_\_

3 - Você teve autonomia durante a visitação com a utilização do recurso de audioguia/*Pentop*?

( ) Sim ( ) Não Fale por quê: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4 - Você acha que o audioguia/*Pentop* acrescentou à mediação ou, a mediação não se fez necessária ao ser utilizado o

recurso? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5 - Caso realizasse nova visita ao Museu, utilizaria novamente o recurso de audioguia/*Pentop*?

( ) Sim ( ) Não Porquê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6 - Sobre o conteúdo do recurso, você acha que foi: ( ) ruim ( ) satisfatório ( ) bom ( ) muito bom

7 - Poderia falar um pouco sobre suas impressões? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8 - As audiodescrições foram claras e de linguagem acessível? ( ) Sim ( ) Não

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9 - O que você melhoraria no recurso de audioguia/*Pentop*?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10 - Em sua opinião, esse recurso acessível tem obtido êxito/cumpre seu papel com o público específico a que se destina (pessoa com deficiência visual)? \_\_\_\_\_

---

## APÊNDICE D - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
 FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
 CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

### AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a)).....

.....,abaixo assinado(a),  
 autorizo Lubianca Montagner Weber, estudante do Curso de Bacharelado em  
 Museologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal  
 do Rio Grande do Sul, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração  
 de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título **ESTRATÉGIAS DE  
 ACESSIBILIDADE EM EXPOSIÇÕES: O uso do audioguia no Museu de Porto Alegre Joaquim  
 Felizardo** e está sendo orientado pela Profa. Vanessa Barrozo Teixeira. Gostaria de ser  
 identificado pelo nome (  ) Sim ou (  ) Não.

Porto Alegre, ..... de ..... de 2018.

---

Assinatura do entrevistado



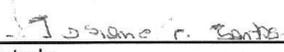
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a)).....

.....abaixo assinado(a),  
autorizo Lubianca Montagner Weber, estudante do Curso de Bacharelado em  
Museologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul, a utilizar as informações por mim prestadas, para a  
elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título  
**ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE EM EXPOSIÇÕES: O uso do audioguia no  
Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo** e está sendo orientado pela Profa. Vanessa  
Barrozo Teixeira. Gostaria de ser identificado pelo nome ( ) Sim ou ( ) Não.

Porto Alegre, ..... de ..... de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
Assinatura do entrevistado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a)).....

.....,abaixo assinado(a),  
autorizo Lubianca Montagner Weber, estudante do Curso de Bacharelado em  
Museologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul, a utilizar as informações por mim prestadas, para a  
elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título  
**ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE EM EXPOSIÇÕES: O uso do audioguia no  
Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo** e está sendo orientado pela Profa. Vanessa  
Barrozo Teixeira. Gostaria de ser identificado pelo nome ( ) Sim ou ( ) Não.

Porto Alegre, ..... de ..... de 2018.

Assinatura do entrevistado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a).....

.....,abaixo assinado(a),  
autorizo Lubianca Montagner Weber, estudante do Curso de Bacharelado em  
Museologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul, a utilizar as informações por mim prestadas, para a  
elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título  
***ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE EM EXPOSIÇÕES: O uso do audioguia no  
Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo*** e está sendo orientado pela Profa. Vanessa  
Barrozo Teixeira. Gostaria de ser identificado pelo nome ( ) Sim ou ( ) Não.

Porto Alegre, ..... de ..... de 2018.

Assinatura do entrevistado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a)).....

.....,abaixo assinado(a),  
autorizo Lubianca Montagner Weber, estudante do Curso de Bacharelado em  
Museologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul, a utilizar as informações por mim prestadas, para a  
elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título  
***ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE EM EXPOSIÇÕES: O uso do audioguia no  
Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo*** e está sendo orientado pela Profa. Vanessa  
Barrozo Teixeira. Gostaria de ser identificado pelo nome (  ) Sim ou (  ) Não.

Porto Alegre, ..... de ..... de 2018.

Assinatura do entrevistado